



COMUNIDADE SOLIDÁRIA

**Desenvolvimento Local
Integrado e Sustentável**

**Documento-Base
e
Catálogo de Experiências**

Cadernos Comunidade Solidária, v. 6 — Jun. 1998 —
— Brasília: IPEA, 1996-

I. Política Social. 2. Comunidade Solidária. I. Instituto
de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 301.05

SUMÁRIO

Apresentação

Parte I — Documento-Base

Parte II — Catálogo de Experiências

DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

Documento - Base
e
Catálogo de Experiências

APRESENTAÇÃO

A Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária foi dedicada ao tema do “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”. O tema já havia sido incluído na Quinta Rodada sobre “Alternativas de Ocupação e Renda”, realizada em 25 de agosto de 1997. Entretanto, devido à complexidade e relevância do assunto ficou decidido, por consenso, na XVI Reunião do Conselho, que seria realizada uma nova rodada de Interlocação exclusivamente voltada à sua discussão.

Na preparação da Oitava Rodada, enviamos a todos os interlocutores o Documento-de-Consulta que reproduzia a única proposta de consenso geral até então existente, bem como as oito propostas que surgiram na Quinta Rodada. Também foram incluídas no referido documento as sugestões sobre a matéria enviadas pelos interlocutores que participaram da Rodada de Interlocação sobre a Síntese Preliminar da Agenda Social.

Participaram desse processo os seguintes interlocutores e conselheiros:

Agop Kayayan - Representante do UNICEF no Brasil; Anna Maria Tibúrcio Peliano - Secretária-Executiva da Comunidade Solidária; Antonio Fernando Doria Porto - Coordenador do Projeto Terra; Almir de Souza Maia - Conselheiro; Antonio Kandir - Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento; Arlindo Porto - Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Arturo Jordam - Coordenador Pedagógico/Projeto Banco do Nordeste/PNUD; Augusto de Franco - Conselheiro; Beatriz Azeredo - Superintendente da Área de Desenvolvimento Regional e Social/BNDES; Byron Costa de Queiróz - Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Caio Márcio L. P. da Silveira - Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa - NAPP;

Cândido Grzybowski - IBASE; Carlos Alberto D'Oliveira - Superintendente-Geral do IBAM; Carlos Alves Moura - Conselheiro; Carlos César de Albuquerque - Ministro de Estado da Saúde; Carlos Humberto Osório - Gerente de Desenvolvimento Local - Projeto Banco do Nordeste/PNUD; Celso Alves da Cruz - Diretor da FINEP; Christof Kautemann - Diretor da GTZ no Brasil; Clóvis de Barros de Carvalho - Ministro-Chefe da Casa Civil; Daniela Mercury de Almeida Póvoas - Conselheira; Denise Dourado Dora - Conselheira; Diomar Silveira - Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente; Dom Raymundo Damasceno Assis - Conselheiro; Dulce Maria Jabour Tannuri - Assessora da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária; Edgar Bastos - Assessor Especial da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária; Edson Arantes do Nascimento - Ministro-Extraordinário dos Esportes; Eduardo Martins - Presidente do IBAMA; Eduardo Novaes - Consultor do PNUD para a Agenda 21; Êfrem de Aguiar Maranhão - Conselheiro; Fernando Rodrigues Catão - Secretário Especial de Políticas Regionais; Flávio Camargo Schuch - Diretor da Ágora; Franklin Dias Coelho - Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social - SERE; Hamilton José Barreto de Faria - Coordenador do PÓLIS; Gilberto Passos Gil Moreira - Conselheiro; Godind Nakani - Representante do Banco Mundial; Horácio Lafer Piva - Conselheiro; Inaldo Loureiro Filho - Assessor da CHESF; Ivan Guimarães - Secretário do Trabalho do DF; Iris Rezende Machado - Ministro de Estado da Justiça; João Pinto Rabelo - Diretor-Executivo da Fundação Banco do Brasil; Joaquim Falcão - Conselheiro; Jorge Carlos Elena - Representante do BID; José Eduardo Utzig - Presidente do Conselho de Administração do Portosol; José Roberto Soeiro - Chefe de Departamento de Operações Sociais-DEPOS; Katia Mello - Gerente da Consultoria Diagonal; Ladislau Dowbor - Professor Doutor da Pós-Graduação em Economia e Administração da PUC/SP; Luis Antonio Prado de Oliveira - Economista/Consultor Internacional para a Área de Meio Ambiente e Infra-Estrutura; Luis Carlos Mendes - Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA; Luiz Carlos Mendonça de Barros - Presidente do BNDES; Manoel Dantas Barreto Filho - Conselheiro; Maria Lúcia Pefersen - Gerente do Programa Favela Bairro; Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein - Conselheira; Maria do Carmo Brant - Conselheira; Mauro Mota Durante - Diretor-Presidente do SEBRAE Nacional; Miguel Darcy de Oliveira - Conselheiro; Milton Seligmann - Presidente do INCRA; Murilo Xavier Flores - Gerente do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF; Nassim Gabriel Mehedeff - Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissio-

nal/MTB; Nathalie Beghin - Assessora da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária e Economista do IPEA; Oswaldo Navarro Alves - Presidente do IPPUC; Patrícia Krans - ICLEI - Agenda XXI; Paulo de Tarso Almeida Paiva - Ministro de Estado do Trabalho; Paulo Hartung - Diretor da Área Social do BNDES; Paulo Renato Souza - Ministro de Estado da Educação e do Desporto; Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha - Diretor da FASE; Pedro Moreira Salles - Conselheiro; Pedro Sampaio Malan - Ministro de Estado da Fazenda; Pio Guerra Júnior - Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE; Raul Belens Jungmann Pinto - Ministro-Extraordinário para Política Fundiária; Regina Blois Duarte - Conselheira; Reinhold Stephanes - Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; Romeu Padilha de Figueiredo - Conselheiro; Rosana Alencar Abreu - Chefe de Assessoria Técnica do Projeto Vila Bairro; Rubem César Fernandes - Conselheiro; Samyra Crespo - Secretária-Adjunta do ISER; Silvana Parente - Diretora Nacional do Projeto Banco Nordeste/PNUD; Simon Schwartzman - Presidente do IBGE; Sônia Miriam Draibe - Conselheira; Tânia Fisher - Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais - UFBA; Tânia Zapata - Coordenadora-Executiva do Projeto BNB/PNUD; Tereza Lobo - Consultora da Comunidade Solidária; Vera Nacif - Assessora do PROGER-FAO; Vilmar Evangelista Faria - Secretário de Coordenação da Câmara de Política Social do Governo; Viviane Senna Lalli - Conselheira; Washington Novaes - Diretor do Instituto Dom Fernando.

Ao final do Documento-de-Consulta aduzimos cinco perguntas. A partir das respostas recebidas elaboramos o Documento-Base da XIX Reunião do Conselho que deu origem ao presente Documento-Final que é apresentado na primeira parte desta publicação. Nela podem ser encontrados os consensos gerais sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, as propostas sugeridas pelos interlocutores e, finalmente, aquelas propostas aprovadas na Oitava Rodada. Os consensos e as propostas aprovadas apontam várias direções, mas todas elas possuem um cerne comum que é a busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade por meio de processos mais sustentáveis.

Na segunda parte desta publicação apresentamos também o *Catálogo de Experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Durante o processo de preparação da Oitava Rodada foi solicitado aos interlocutores que sugerissem experiências em

andamento sobre Desenvolvimento Local que se destacaram por promover o desenvolvimento das comunidades, despertando vocações e potencialidades específicas.

De posse dessas sugestões, o Conselho elaborou a primeira edição do Catálogo de Experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, em caráter experimental, que foi distribuída na XIX Reunião, deixando-a aberta durante 15 dias para a incorporação de novas experiências. Com este Catálogo é possível visualizar a variedade de projetos ora desenvolvidos no Brasil, além de permitir o acesso às informações básicas e aos canais para possíveis trocas de informações.

Esgotado o prazo estabelecido, publicamos agora a versão final do Catálogo, que somente pôde se concretizar a partir da colaboração dos interlocutores e pela atenção dos próprios responsáveis pelas experiências. A eles, que tiveram o cuidado de fornecer com presteza as informações que foram solicitadas, manifestamos o nosso agradecimento.

Agradecemos, ainda, às assessoras do Conselho Elisabete Ferrarezi e Rosana Sperandio, coordenadoras do processo, que elaboraram o Catálogo de Experiências.

Augusto de Franco
Conselheiro

Parte I
Documento - Base

Oitava Rodada de Interlocução Política
do Conselho da Comunidade Solidária

XIX Reunião do Conselho da Comunidade Solidária
Granja do Torto, Brasília, 16 de março de 1998

SUMÁRIO

A Interlocução Política no Conselho da Comunidade Solidária	15
Introdução	19
Conceituação	23
Objetivos	25
Condições Políticas e Institucionais	26
Participação do Poder Local	29
Participação da Sociedade	30
Nova Dinâmica Econômica	32
Financiamento	34
Capacitação	35
Informação	37
Comunicação Social	38
Propostas Aprovadas	39

A INTERLOCUÇÃO POLÍTICA NO CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA

1. Quando e porque começou

A partir de junho de 1996, após um intenso processo de discussão entre os seus Conselheiros, optou-se por efetuar uma reestruturação do Conselho da Comunidade Solidária que levasse em conta a necessidade de promover canais políticos de diálogo entre governo e sociedade sobre os grandes temas de uma estratégia de desenvolvimento social para o Brasil.

2. O objetivo político geral

O objetivo político geral da Interlocação Política é o de contribuir para a construção de um acordo ou entendimento estratégico nacional em torno de uma Agenda Mínima de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos de ação social do Estado e da sociedade para o enfrentamento da fome, da miséria, da pobreza e da exclusão social.

3. Objetivos específicos

A Interlocação Política tem ainda como objetivos estimular soluções, agilizar e acompanhar a implementação de providências, contribuir para remover obstáculos e superar impasses que comprometem, delongam ou eliminam a eficácia das ações que devem ser empreendidas.

4. Construir consensos e identificar dissensos

A Interlocação Política procura construir progressivamente consensos sobre temas centrais de uma Agenda Mínima Social e identificar e listar os dissensos existentes em uma pauta para a continuidade do processo de diálogo governo-sociedade.

5. O processo

O processo da Interlocação Política contempla três fases:

1) *Preparação*: envolve a escolha do tema, a elaboração e o envio de um Documento-de-Consulta para os interlocutores, o recolhimento, a sistematização e a incorporação das emendas colocadas, bem como a elaboração do Documento-Base que servirá de ponto de partida para a discussão coletiva.

2) *Realização*: envolve a reunião do Conselho com a presença dos interlocutores que participaram da elaboração coletiva do Documento-Base e a constituição de um Comitê Setorial sobre o tema em tela. Na reunião do Conselho, são ratificados os consensos e são aprovados um Documento-Final e uma série de Encaminhamentos Concretos sugeridos pelos interlocutores.

3) *Desdobramentos*: a) Os consensos ratificados, na forma de assertivas, compõem um arquivo para ulterior composição da Agenda Mínima Social; b) O Documento-Final aprovado a partir do Documento-Base é amplamente divulgado para possibilitar a continuidade e a expansão do processo de Interlocação; e c) os Encaminhamentos Concretos aprovados são transformados em providências, com responsáveis designados e prazos para execução. Todo o trabalho é acompanhado e monitorado pelo Comitê Setorial.

6. Quem participa

A Interlocação Política é uma atividade de parceria entre governo e sociedade. Da parte do governo, participam os ministros de Estado relacionados ao tema em foco e seus representantes, bem como técnicos governamentais da área em questão e a Secretaria-Executiva do Programa Comunidade Solidária. Da parte da sociedade participam o empresariado, em geral por intermédio de repre-

sentantes de entidades de classe, sindicatos e movimentos sociais, ONG, intelectuais, especialistas da matéria em tela, bem como os Conselheiros da Comunidade Solidária.

7. O que já foi realizado

Até o momento foram realizadas sete rodadas de Interlocação:

- ⇒ Primeira Rodada 05/08/96 "Reforma Agrária"
- ⇒ Segunda Rodada 26/08/96 "Renda Mínima e Educação Fundamental"
- ⇒ Terceira Rodada 29/10/96 "Segurança Alimentar e Nutricional"
- ⇒ Quarta Rodada 12/05/97 "Criança e Adolescente"
- ⇒ Quinta Rodada 25/08/97 "Alternativas de Ocupação e Renda"
- ⇒ Sexta Rodada 06/10/97 "Marco Legal do Terceiro Setor"
- ⇒ Sétima Rodada 08/12/97 "Síntese Preliminar da Agenda Social"
- ⇒ Oitava Rodada 16/03/98 "Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável"

Essas oito rodadas geraram tanto consensos de natureza mais programática — identificando, ao todo, 58 prioridades — quanto encaminhamentos concretos, traduzidos em 149 propostas de medidas cuja implementação vem sendo acompanhada por Comitês Setoriais formados por membros do Conselho.

8. O que está programado

Ainda em maio de 1998 terá continuidade a Sexta Rodada sobre o Marco Legal do Terceiro Setor, que discutirá propostas elaboradas pelos Grupos de Trabalho constituídos na XVII Reunião do Conselho.

INTRODUÇÃO

A Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária foi dedicada ao tema “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável”. Este tema já havia sido incluído na Quinta Rodada sobre “Alternativas de Ocupação e Renda”, realizada em 25 de agosto de 1997. Entretanto, devido à complexidade e à relevância do assunto ficou decidido, por consenso, na XVI Reunião do Conselho, que seria realizada uma nova rodada de Interlocação exclusivamente voltada à sua discussão.

Partimos, portanto, dos resultados da Quinta Rodada para preparar a Oitava, enviando a todos os interlocutores um Documento-de-Consulta que reproduzia a única proposta de consenso geral até então existente, bem como as oito propostas daquela oportunidade. Também foram incluídas, no referido Documento-de-Consulta, as sugestões sobre o tema enviadas pelos interlocutores que participaram da Sétima Rodada de Interlocação sobre a Síntese Preliminar da Agenda Social. Ao final do Documento-de-Consulta aduzimos cinco perguntas. A partir das respostas recebidas elaboramos o Documento-Base da XIX Reunião do Conselho, que deu origem ao presente Documento-Final.

O Documento-de-Consulta foi enviado para os seguintes interlocutores e conselheiros:

Agop Kayayan - Representante do UNICEF no Brasil; Anna Maria Tibúrcio Peliano - Secretária-Executiva da Comunidade Solidária; Antonio Fernando Doria Porto - Coordenador do Projeto Terra; Almir de Souza Maia - Conselheiro; Antonio Kandir - Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento; Arlindo Porto - Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento; Arturo Jordam - Coordenador Pedagógico/Projeto Banco do Nordeste/PNUD; Augusto de Franco

Conselheiro; Beatriz Azeredo - Superintendente da Área de Desenvolvimento Regional e Social/BNDES; Byron Costa de Queiróz - Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Caio Márcio L. P. da Silveira - Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa - NAPP; Cândido Grzybowski - IBASE; Carlos Alberto D'Oliveira - Superintendente-Geral do IBAM; Carlos Alves Moura - Conselheiro; Carlos César de Albuquerque - Ministro de Estado da Saúde; Carlos Humberto Osório - Gerente de Desenvolvimento Local - Projeto Banco do Nordeste/PNUD; Celso Alves da Cruz - Diretor da FINEP; Christof Kautchemann - Diretor da GTZ no Brasil; Clóvis de Barros de Carvalho - Ministro-Chefe da Casa Civil; Daniela Mercury de Almeida Póvoas - Conselheira; Denise Dourado Dora - Conselheira; Diomar Silveira - Assessor da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente; Dom Raymundo Damasceno Assis - Conselheiro; Dulce Maria Jabour Tannuri - Assessora da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária; Edgar Bastos - Assessor Especial da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária; Edson Arantes do Nascimento - Ministro-Extraordinário dos Esportes; Eduardo Martins - Presidente do IBAMA; Eduardo Novaes - Consultor do PNUD para a Agenda 21; Êfrem de Aguiar Maranhão - Conselheiro; Fernando Rodrigues Catão - Secretário Especial de Políticas Regionais; Flávio Camargo Schuch - Diretor da Ágora; Franklin Dias Coelho - Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social - SERE; Hamilton José Barreto de Faria - Coordenador do PÓLIS; Gilberto Passos Gil Moreira - Conselheiro; Godind Nakani - Representante do Banco Mundial; Horácio Lafer Piva - Conselheiro; Inaldo Loureiro Filho - Assessor da CHESF; Ivan Guimarães - Secretário do Trabalho do DF; Íris Rezende Machado - Ministro de Estado da Justiça; João Pinto Rabelo - Diretor-Executivo da Fundação Banco do Brasil; Joaquim Falcão - Conselheiro; Jorge Carlos Elena - Representante do BID; José Eduardo Utzig - Presidente do Conselho de Administração do PORTOSOL; José Roberto Soeiro - Chefe de Departamento de Operações Sociais-DEPOS; Katia Mello - Gerente da Consultoria Diagonal; Ladislau Dowbor - Professor Doutor da Pós-Graduação em Economia e Administração da PUC/SP; Luis Antonio Prado de Oliveira - Economista/Consultor Internacional para a Área de Meio Ambiente e Infra-Estrutura; Luis Carlos Mendes - Técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA; Luiz Carlos Mendonça de Barros - Presidente do BNDES; Manoel Dantas Barreto Filho - Conselheiro; Maria Lucia Pefersen - Gerente do Programa Favela Bairro; Maria de Nazaré Oliveira Imbiriba Mitschein - Conselheira; Maria do Carmo Brant - Conselheira; Mauro Mota Durante - Diretor-Presidente

do SEBRAE Nacional; Miguel Darcy de Oliveira - Conselheiro; Milton Seligmann - Presidente do INCRA; Murilo Xavier Flores - Gerente do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF; Nassim Gabriel Mehedeff - Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional/mtb; Nathalie Beghin - Assessora da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária e Economista do IPEA; Oswaldo Navarro Alves - Presidente do IPPUC; Patricia Krans - ICLEI - Agenda XXI; Paulo de Tarso Almeida Paiva - Ministro de Estado do Trabalho; Paulo Hartung - Diretor da Área Social do BNDES; Paulo Renato Souza - Ministro de Estado da Educação e do Desporto; Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha - Diretor da FASE; Pedro Moreira Salles - Conselheiro; Pedro Sampaio Malan - Ministro de Estado da Fazenda; Pio Guerra Júnior - Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE; Raul Belens Jungmann Pinto - Ministro-Extraordinário para Política Fundiária; Regina Blois Duarte - Conselheira; Reinhold Stephanes - Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social; Romeu Padilha de Figueiredo - Conselheiro; Rosana Alencar Abreu - Chefe de Assessoria Técnica do Projeto Vila Bairro; Rubem César Fernandes - Conselheiro; Samyra Crespo - Secretária-Adjunta do ISER; Silvana Parente - Diretora Nacional do Projeto Banco Nordeste/PNUD; Simon Schwartzman - Presidente do IBGE; Sônia Miriam Draibe - Conselheira; Tânia Fisher - Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais - UFBA; Tânia Zapata - Coordenadora-Executiva do Projeto BNB/PNUD; Tereza Lobo - Consultora da Comunidade Solidária; Vera Nacif - Assessora do PROGER-FAO; Vilmar Evangelista Faria - Secretário de Coordenação da Câmara de Política Social do Governo; Viviane Senna Lalli - Conselheira; Washington Novaes - Diretor do Instituto Dom Fernando.

Apresentamos, em seguida, os consensos gerais sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, as propostas sugeridas pelos interlocutores e, finalmente, as aprovadas na Rodada.

1 Conceituação

Consenso Geral

Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas; e fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais.

O conceito de “local” não é sinônimo de pequeno e não alude necessariamente à diminuição ou redução. Pelo contrário, considera a maioria dos setores que trabalha com a questão de que o “local” não é um espaço micro, podendo ser tomado como um município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários municípios.

Refere-se, portanto, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável a uma nova dinâmica socioeconômica capaz de, a partir do local de encontro de ações do Estado e da Sociedade, independente do seu tamanho, potencializar resultados em virtude das parcerias interinstitucionais que ali podem ser mais facilmente celebradas, e da convergência e integração das políticas e dos programas que acabam *co-incidindo*. Nesse sentido, o conceito de “local” adquire a conotação de “alvo” sócio-territorial das ações e passa, então, a ser definido pelo próprio Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

A maioria dos setores que aposta nas potencialidades do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável não toma o local como contraposto ao nacional, ou mesmo ao global, imaginando, por exemplo, que uma focalização no espaço municipal ou regional dispensaria o papel das políticas nacionais concebidas e operadas no espaço da União. Sobretudo no que diz respeito às medidas de combate ao desemprego, parece haver consenso em torno da orientação segundo a qual as políticas nacionais devem ser desenvolvidas conjunta e democraticamente com aquelas que visam estimular o desenvolvimento local, uma vez que os atores, no espaço local, via de regra, não dispõem de um conjunto de informações necessárias, tampouco contam com condições suficientes para atuar

sobre todas as variáveis que determinam o comportamento econômico-social, inclusive da própria localidade onde se situam.

Todavia, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável vem sendo tratado de uma forma bem mais ampla, não apenas como medida voltada precipuamente para a criação de ocupações e geração de renda, mas como uma nova maneira de *olhar* o desenvolvimento, que aponta para novos “modelos” ou para novas configurações socioeconômicas mais sustentáveis. Nesse sentido, sustenta-se que *o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável deve ter, entre seus fundamentos, as premissas do desenvolvimento sustentável, conforme definidas na Agenda 21 e na Agenda Habitat, e, além disso, tomar ainda como referência as experiências concretas de implementação da chamada Agenda 21 Local*, em fase de implementação em mais de 1.800 cidades do mundo e em franca expansão no Brasil, por meio da qual busca-se a integração das questões ambientais, sociais e econômicas, via parcerias, planejamento e gestão integrada.

O argumento básico a favor do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é muito simples: é na esfera local que os problemas são melhor identificados e, portanto, toma-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. O atendimento das necessidades da sociedade e o aproveitamento das potencialidades locais e das habilidades existentes são extremamente facilitados pela maior proximidade das comunidades. Adicionalmente, garante-se maior continuidade das ações em função do controle social exercido pela sociedade.

Parece haver consenso em torno da idéia de que, para haver Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, regiões e localidades devem desenvolver uma capacidade endógena para exercer a sua interdependência, mediante construção de interorganizações e geração de outras condições que possibilitem o surgimento de comunidades econômicas de base. O termo “comunidade” não é empregado aqui apenas como sinônimo de coletividade ou sociedade. Fala-se em comunidade enquanto, seja qual for o ponto de vista adotado, *objetivamente* o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável “produza” comunidade ou crie um contexto onde se manifeste um *ethos* de comunidade.

Por último, também parece ser consenso que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável abrange o desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional, a organização físico-territorial e a gestão ambiental.

2 Objetivos

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos-de-vida mais sustentáveis.

Dentre os resultados objetivos esperados do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, colocam-se como prioritários a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas e a conquista de *modos-de-vida* mais sustentáveis. Evidentemente, qualidade de vida é a resultante de um conjunto de fatores que envolve, entre outros itens, a economia (trabalho, renda, etc.), a educação, a saúde e a segurança alimentar e nutricional, a mobilidade, o meio ambiente natural, o ambiente social, a segurança pública, o governo e a política em geral, a cultura, o lazer e o ócio.

Dentre esses itens destacam-se, especialmente neste momento em que vive o país e o mundo, as questões de ocupação e renda. O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável voltado para a conquista da sustentabilidade (econômica, social, ambiental, etc.) é uma via possível para potencializar iniciativas de aumento de ocupação e de melhoria da renda. Os programas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável representam uma forma de reduzir o desemprego, utilizando mão-de-obra local e tecnologias apropriadas e, ao mesmo tempo, integrando políticas de diversos níveis (federal, regional, estadual e municipal) e dos mais variados setores (saúde, educação, meio ambiente, etc.).

Até mesmo os atores que não trabalham com o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável reconhecem que o processo de descentralização em curso no país tem possibilitado o resgate do espaço local na promoção de ações até então impensadas. A experiência das comissões tripartites de emprego, entre outras, é apon-

tada por tais atores como emblemática das potencialidades que assumem o espaço local.

Parece ser consenso, portanto, que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pode sugerir novas soluções para a superação de problemas de diferentes naturezas, entre os quais se destaca o do desemprego, na medida em que se constituam pólos ou áreas deliberadamente dinamizadas por um conjunto de investimentos simultâneos em infra-estrutura urbana e serviços sociais capazes de elevar a capacidade de atração de investimentos privados e de retenção da população. A maior ou menor capacidade dessas economias locais operarem positivamente em relação ao emprego depende de um sistema de políticas públicas e privadas que tenham condições de: instaurar e garantir a sustentabilidade de dinamismo econômico gerador de emprego; instalar equipamentos sociais eficazes e modernos; impulsionar melhorias no *habitat* que atraiam e retenham capitais; e de estimular investimentos e ações de reestruturação urbana que ampliem e diversifiquem as oportunidades culturais, de lazer e de segurança social, além de outras condições para a satisfação das necessidades humanas básicas (saúde, educação, moradia, disponibilidade de alimentos, etc.).

3 Condições Políticas e Institucionais

Consenso Geral

Para que as múltiplas experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável possam vir a compor, no seu conjunto, uma alternativa complementar global de desenvolvimento do país, é necessário que existam: uma estratégia nacional de desenvolvimento que compreenda a sua necessidade; e uma política pública conseqüente.

Embora já existam elementos de uma fundamentação teórica razoavelmente consistente e de algo que talvez pudesse se chamar de “filosofia” do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, as experiências conhecidas de implantação desses novos “modelos” ainda são isoladas, não encontrando respaldo suficiente em organismos governamentais e sociais de nível municipal, estadual e federal, os quais poderiam incentivar a sua replicação e generaliza-

ção em escala mais ampla, para produzir impactos condizentes com os carecimentos sociais básicos das populações.

Alguns atribuem essas limitações à ausência de uma estratégia global de desenvolvimento social que compreenda a necessidade das ações locais; outros, à falta de uma política pública nessa direção, quer dizer, de um conjunto de prioridades, medidas, instrumentos e procedimentos capazes de induzir e estimular a participação e o engajamento do poder público, das empresas e das organizações da sociedade civil para a construção de projetos concretos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Assinala-se ainda que o grau de sustentabilidade das transformações promovidas pelas estratégias de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável depende, em grande medida, do nível de articulação com a economia em geral, da estratégia de desenvolvimento do país e do movimento de investimentos públicos e privados. O entendimento da importância dessa questão e da discussão de como buscar a integração das iniciativas parece ser crucial para a eficácia das estratégias. A ausência dessa integração pode, facilmente, tornar muito precário um processo de mudanças que não encontra possibilidades de manutenção e reprodução. Exemplos bastante simples são dados pelos processos de capacitação de empreendedores e pelos serviços de microcrédito. Tais instrumentos, fundamentais para a estratégia de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, podem se tornar inócuos, se não houver o cuidado de inserção permanente das atividades produtivas daí decorrentes na dinâmica da economia.

De qualquer modo, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e Sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e a integração das políticas públicas, entre elas a política macroeconômica, políticas setoriais e políticas sociais, aí incluídas a articulação entre as diversas instâncias dos governos federal, estadual e municipal. Isso significa que as políticas públicas devem ser concebidas e implementadas de baixo para cima, orientadas pelos grandes objetivos e estratégias nacionais, e a serviço do desenvolvimento local.

A diversidade do país e as experiências exitosas de desenvolvimento local exigem um novo modelo de gestão integrada de políticas públicas de forma articulada entre as diversas instâncias e áreas de governo. Sustenta-se que é necessário ampliar as experiências de desenvolvimento local, implementando-se mecanismos de gestão integrada de políticas públicas em apoio ao desenvolvimento local. São novos mecanismos integrantes das diversas dimensões do desenvolvimento (infra-estrutura, ciência e tecnologia, capacitação, financiamento, promoção e gestão administrativa) para aumentar a eficácia e a capilaridade das ações de governo. O governo federal dispõe de uma série de programas que, apesar de coerentes na sua formulação, nem sempre atendem e chegam às comunidades locais. Esses novos mecanismos deverão contemplar os princípios modernos de gestão democrática nas diversas instâncias de governo federal, estadual e municipal.

Também parece ser consenso que o poder público federal pode desempenhar um importante papel incentivador dos processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. A adoção de uma estratégia, no nível federal, de incentivo a projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, poderia incluir a definição de diretrizes nacionais indicando, por exemplo: setores a serem integrados a partir do impulso de atividades econômicas; métodos, procedimentos e instrumentos genéricos para implementação de processos de desenvolvimento integrado; formas de financiamento propostas em apoio aos processos (tipos de programas federais ofertados, contrapartidas federais, estaduais e locais, ou privadas, composições mistas de financiamento, fontes alternativas, etc.); alternativas para a implementação de programas de capacitação dos agentes a serem envolvidos nos processos; mecanismos de sustentabilidade a serem buscados; e formas de monitoramento e avaliação dos processos e dos indicadores sociais pelos agentes promotores e pelo governo federal. Tais diretrizes poderiam constituir uma espécie de termo de referência para incentivar estados, municípios e outros atores sociais a apresentar propostas de projetos/processos de desenvolvimento integrado que contariam com o apoio do governo federal — na linha adotada pela Comunidade Solidária. Nesse caso, caberia ainda ao governo federal: pré-definir áreas prioritárias para as primeiras experiências-piloto; selecionar projetos; acompanhar e avaliar essas experiências; rever as diretrizes nacionais; aperfeiçoar os procedimentos para incentivar a im-

plementação de processos de desenvolvimento integrado; direcionar e flexibilizar os procedimentos burocráticos dos programas federais pertinentes; divulgar resultados; e contribuir na disseminação dos processos.

Por último, a União e os governos estaduais devem se reorganizar para atender às demandas que surgirão dos poderes locais com vistas ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. A nova concepção do processo exigirá uma visão holística dos problemas e das soluções, haja vista a obsolescência das abordagens setoriais e fragmentadas.

4 Participação do Poder Local

Consenso Geral

A participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Sem a necessária participação do poder local é muito difícil imaginar que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável venha a se instalar em determinado espaço geográfico, isto é, que o processo tenha início e êxito à revelia das autoridades estatais. Não se advoga que o Estado, na sua manifestação local, seja o único provedor e empreendedor. Contudo, a ele cabe o papel estratégico e insubstituível de apoiar, promover e regular os processos de provisão de bens e serviços básicos e de promotor do desenvolvimento. Por isso é importante o desenvolvimento institucional para que os governos locais assumam as atribuições a eles reservadas.

Argumentam alguns, entretanto, que isso não pode significar qualquer espécie de “prefeiturização” do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Embora seja função dos prefeitos, no quadro institucional atual, a gestão das políticas desenvolvidas nos seus municípios, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável aponta para novas formas, mais compartilhadas com a sociedade, de condução dos processos públicos que contribuem para o desenvolvimento. Além disso, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige, e exigirá cada vez mais, uma nova distribuição espacial do desenvolvimento, questionando a atual divisão territori-

al político-administrativa do país, que deixa de captar e dinamizar vocações e dificulta a integração regional. As exigências da sustentabilidade colocam a necessidade de pensar e praticar o desenvolvimento em microrregiões ecossociais mais homogêneas, definidas a partir da combinação de critérios humano-sociais com critérios ambientais, levando em conta, por exemplo, as bacias e microbacias.

Evidentemente, não se coloca como requisito prévio a normatização jurídico-política de uma nova divisão territorial para que se considere tais micro-regiões ecossociais como espaços privilegiados de políticas sustentáveis de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Nas condições atuais é possível e desejável trabalhar com consórcios intermunicipais quando o âmbito local, pelos motivos aqui expostos, ultrapassar as fronteiras de um município. E nesses consórcios, mais uma vez, destaca-se o papel dos prefeitos como protagonistas de todo o processo.

Em todo caso, pode-se afirmar que a participação do poder local, em que pesem as limitações impostas pelo arcabouço institucional e pela cultura política atual, é absolutamente necessária para o êxito dos projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, conquanto insuficiente.

5 Participação da Sociedade

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer para sua viabilização a parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pressupõe a combinação de esforços exógenos e endógenos, governamentais e não-governamentais, públicos e privados. Não haverá Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável sem a participação da sociedade. Sem essa participação o próprio conceito se desconstitui.

Tomados isoladamente ou combinados apenas aos pares, Estado ou Mercado ou Sociedade Civil revelam-se tão necessários quanto insuficientes para promover o Desenvolvimento Local Inte-

grado e Sustentável. É preciso obter uma sinergia entre a atuação dessas três “esferas” da realidade social para que se produza algo realmente novo em termos de desenvolvimento, que aporte e alavanque novos recursos, descortine novos horizontes, descubra e desperte ou torne dinâmicas novas potencialidades.

Os incrementos de capital propriamente dito, sobretudo de capital humano e capital social, que podem ser alcançados por meio da parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, são os fatores que fazem a diferença, estimulando, intensificando e mudando de qualidade o processo de desenvolvimento local. E isso não diz respeito apenas à economia, mas também ao desenvolvimento social.

Nos processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável as parcerias estabelecidas entre os diversos níveis do poder público, as empresas e as organizações da sociedade civil tendem a criar círculos virtuosos, ou laços de realimentação positiva, nos quais mais capital humano gera mais capital social, que gera mais capital humano e assim por diante, o que gera e atrai, por sua vez, mais capital propriamente dito, que por sua vez gera mais capital humano e social.

Numerosos são os argumentos e os exemplos que mostram as vantagens de uma participação articulada do Estado com a Sociedade. No Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável as instâncias governamentais e não-governamentais, ao se envolverem em um planejamento conjunto, ficam moralmente induzidas a alocarem seus recursos humanos, materiais e financeiros para a obtenção dos produtos coletivamente almejados. No que tange ao poder público, isso implica a inclusão de verbas orçamentárias para os fins planejados.

No que tange às organizações da sociedade civil, essa parceria contribui para que elas tomem consciência, na prática, de que sua ação específica não chegará a produzir determinadas transformações que dependem da solução de problemas maiores, compreendendo que precisam ultrapassar a si mesmas, à medida que suas experiências particulares são sistematizadas, teorizadas e reaplicadas em um universo de planejamento mais amplo.

A participação da comunidade em geral, por meio não só da apresentação de soluções mas também na sua implementação, traz

conseqüências econômicas e sociais positivas (proliferação de novas iniciativas empresariais, geração de novos postos de trabalho, etc.) e estimula o desenvolvimento da cidadania. À proporção que a própria comunidade participa - sugere e executa - diretamente das ações que lhe atingem ou dizem respeito, criam-se novos espaços ético-políticos nas localidades.

6 Nova Dinâmica Econômica

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pressupõe uma nova dinâmica econômica integrada de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementariedade de empreendimentos, de sorte a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas.

Para ser sustentável do ponto de vista econômico, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer a formação de uma comunidade econômica de base, ou seja, uma cadeia de iniciativas e empreendimentos que se complementam, maximizando as potencialidades de produção, comércio, serviços e consumo locais.

Isso não significa regular, a partir de qualquer instância extra-econômica, a dinâmica própria do mercado, coibindo a livre movimentação de suas forças, sobretudo aquelas despertadas pelo processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O encaideamento de iniciativas e empreendimentos econômicos que se almeja atingir no interior dos processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável visa instalar ciclos de realimentação de reforço que possibilitem a expansão econômica dos projetos de modo sustentável.

Em termos práticos, essa exigência significa, por exemplo, que não interessa ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - inclusive porque contraria o próprio conceito - uma especialização econômica de regiões e localidades que as tornem dependentes de uma grande quantidade de insumos básicos exógenos. Existem, nesse sentido, várias experiências desastrosas, do ponto de vista social, de comunidades e até de municipalidades onde a atividade econômica se reduz praticamente a um tipo de empreen-

dimento. Cidades que vivem em função de uma usina, uma fábrica, uma agroindústria, um hotel cinco estrelas dificilmente serão campo adequado para projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Não se trata de almejar a autonomia ou a independência no plano econômico, que além de objetivo inalcançável, pode ser, de resto, indesejável sob uma perspectiva global de desenvolvimento do país. Trata-se, para uma região ou localidade, de desenvolver uma capacidade de exercer a sua interdependência como sujeito, mantendo uma relação de troca, competitiva inclusive, com outras regiões e localidades, dispondo porém de condições mínimas de satisfação de suas necessidades mais imediatas. Nada justifica, por exemplo, que um pequeno município de base rural, localizado a mais de duzentos quilômetros da capital, não produza os hortifrutigranjeiros de que necessita, tendo que importá-los das companhias estaduais de abastecimento, quando isso se revele francamente desvantajoso do ponto de vista econômico.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer diversidade e complementariedade econômica. Esses fatores não devem ser promovidos coibindo a livre iniciativa e intervindo autoritariamente na racionalidade própria do mercado. Contudo, eles também não podem ficar unicamente ao sabor do mercado, exigindo estratégias indutivas que os incentivem.

Outro fator importante no desenvolvimento econômico local sustentável é o desenvolvimento tecnológico apropriado ao estágio atual de progresso que a comunidade alvo se encontra. O processo de geração e adaptação de técnicas voltadas para a produção e agregação de valor deverá envolver, de forma sinérgica, os agentes comunitários, centros tecnológicos e as universidades, de forma que permita a sustentabilidade do modelo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Tecnologias de produção voltadas para os objetivos traçados pela comunidade local deverão ser induzidas e, em muitos casos, inovações de trabalho intensivas tornar-se-ão objeto de uma forte demanda, o que exigirá um envolvimento, e até mesmo um comprometimento, dos diversos agentes responsáveis pela geração e difusão de conhecimentos.

Cabe notar, entretanto, que a viabilização de empreendimentos integradores, induzindo e difundindo o uso de tecnologias

que resultem em competitividade é certamente o caminho mais adequado para alcançar respostas extremamente rápidas e eficazes para questões como o desemprego e a exclusão social. Todavia, muitas dessas tecnologias são rígidas e padronizadas internacionalmente. Além disso, cada espaço do território nacional possui seus fluxos financeiros, econômicos, sociais e políticos próprios, não cabendo portanto advogar a crença de que tal solução poderá dar conta da diversidade de situações. Os empreendimentos vicinais e comunitários constituem uma das alternativas, entre outras, que deve ser melhor explorada desse ponto de vista.

7 Financiamento

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige a transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos endógenos, públicos e privados.

Parece a todos óbvio que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer aportes de recursos externos, públicos e privados, financeiros, humanos e de infra-estrutura, nas formas de investimento e financiamento de políticas, envolvendo gastos orçamentários estaduais e federais, e ainda de doações provenientes da colaboração nacional e internacional. “Sem dinheiro não se pode fazer dinheiro”, isto é, sem a injeção de recursos externos não se pode desencadear processos de geração interna de novos recursos.

Novas linhas de financiamento público, estaduais e federais, especialmente voltadas para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável devem ser abertas, de modo a possibilitar a expansão dos projetos dessa natureza que satisfaçam a um conjunto *flexível* de exigências. Os poderes públicos estaduais e federal devem, além disso, intermediar negociações com as agências multilaterais e outros organismos internacionais no sentido de viabilizar o investimento e o financiamento de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável em localidades consideradas estratégicas para a expansão desses projetos.

Todavia, o capital inicial, se é que se pode utilizar essa terminologia, para desencadear processos de Desenvolvimento Local

Integrado e Sustentável também deve provir da mobilização de recursos internos, públicos e privados, nas formas de aportes financeiros, de pessoal e de infra-estrutura do governo local, de investimentos empresariais locais, e de doações de dinheiro e outros recursos ou tempo por parte da sociedade local, por meio, por exemplo, da participação cidadã e do trabalho voluntário.

Os recursos de que dispõe uma localidade em geral não são aproveitados como insumos ao desenvolvimento. Esses recursos, em sua quase totalidade, não podem, nem devem, ser compulsoriamente arrecadados como impostos, mas podem e devem ser mobilizados e canalizados por processos participativos que envolvam as comunidades e pelas próprias comunidades. Tais recursos jamais entrarão “no caixa” da prefeitura, nem isso é necessário para que eles sejam revertidos para objetivos do desenvolvimento coletivamente definidos no local.

A incipiente atuação social das empresas, os recursos movimentados pelas organizações da sociedade civil com fins públicos, as doações de dinheiro, bens ou tempo de trabalho dos cidadãos podem ser multiplicados no interior de processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O segredo, aqui, está em adotar um novo modelo de gestão participativa e um novo processo político local de governança mais compartilhada.

8 Capacitação

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer a presença de agentes de desenvolvimento governamentais, empresariais e da sociedade civil, voluntários e remunerados, colocando, por um lado, as questões da mobilização e da contratação e, por outro, a questão da capacitação desses agentes.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige a atuação de agentes de desenvolvimento. A implementação de estratégias de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável pressupõe *expertise* em termos de planejamento, execução e articulação com os diversos setores que devem estar envolvidos, a qual não é encontrada facilmente nas localidades, em especial no poder

público municipal. A presença de agentes exógenos é, portanto, na maioria dos casos, necessária para desencadear processos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Todavia, esses agentes externos jamais poderão “produzir” o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável sem a participação, em número muito maior, de outros agentes internos. Nenhum projeto baseado predominantemente na intervenção de agentes externos seria sustentável e replicável.

Colocam-se, assim, duas exigências complementares: a mobilização e contratação de agentes de desenvolvimento da própria localidade - remunerados e voluntários, governamentais, empresariais e da sociedade civil, bem como a capacitação desses agentes.

Reveste-se de especial importância a capacitação dos responsáveis pela implementação das políticas públicas e pela prestação de serviços sociais básicos à população, sobretudo porque se trata de alternativas que rompem radicalmente com a forma tradicional de pensar e implementar políticas públicas.

Mas é igualmente importante a capacitação dos agentes não governamentais locais de desenvolvimento em matérias como planejamento participativo, microcrédito, comercialização, *marketing* empresarial e em metodologias de capacitação.

A capacitação constitui, juntamente com a parceria institucional, um dos principais eixos da estratégia do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O exercício das metodologias de capacitação deve integrar os aspectos econômico, social, político e cultural, encurtando os caminhos do desenvolvimento. A capacitação é entendida, em vários projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável que estão em curso no país, não apenas como treinamento para a reprodução de habilidades específicas, mas como um processo dialógico, criativo, participativo, crítico, holístico e formativo, e como um elo entre o local e o global. Argumenta-se, nesse sentido, que quanto maior o nível de capacitação da comunidade, maiores são as possibilidades de sua inserção competitiva no mundo globalizado e maior é sua capacidade de se defender das ameaças e aproveitar as oportunidades.

9 Informação

Consenso Geral

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige uma nova base de informação desagregada que permita uma análise mais apurada da economia e da realidade social local, bem como novos indicadores locais de desenvolvimento, que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo.

Existem informações necessárias para a realização de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável como, por exemplo, os dados sobre a população residente (densidade e taxa de urbanização, fluxo migratório, estrutura de renda e consumo), aspectos físicos e urbanos e disponibilidade de infra-estrutura, o mapeamento das atividades econômicas (distribuição por zonas geográficas, principais setores de atividade, porte das empresas, dados sobre mão-de-obra permanente e temporária), sobre os impactos ambientais, etc. Esses dados exigem um sistema de informação que deve ser montado no nível do município ou da localidade em que ocorre o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Todavia, um sistema nacional de informação municipal é condição necessária para a expansão de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. A criação de tal sistema deveria ser iniciativa do governo federal, dinamizando o processo de organização de informações no conjunto dos municípios e contribuindo para assegurar que as metodologias utilizadas permitam um mínimo de compatibilidade e comparabilidade entre os subsistemas.

A identificação de zonas potenciais para a realização de experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável requer um mapeamento nacional, o qual exige, por sua vez, uma base de informação desagregada que permita uma análise mais apurada das economias e das realidades locais.

Além disso, tais informações são necessárias também para monitorar e avaliar o andamento dos projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, bem como para possibilitar um maior controle social, exigindo a produção de novos sistemas de indica-

dores locais de desenvolvimento que incorporem índices capazes de aferir os níveis de qualidade de vida e de sustentabilidade alcançados nos diversos momentos do processo.

10 Comunicação Social

Consenso Geral

Um dos principais fatores do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, sem o qual torna-se muito difícil realizá-lo, é a população despertada para as possibilidades e para as vantagens de um processo mais solidário de desenvolvimento, o que coloca a necessidade de desenvolver e aplicar estratégias de comunicação social e de marketing compatíveis.

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável exige sistemas de comunicação ágeis e descentralizados. Cita-se, como exemplo, o papel que desempenhou a Rádio Muleke, em Santos, para o êxito de um programa integrado para a infância. Programas de rádio ou televisão, apresentando e debatendo experiências locais inovadoras, seriam fundamentais para criar um clima psicossocial favorável ao sucesso de projetos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

O objetivo é despertar a população em geral - e não apenas os seus setores mais organizados - para as possibilidades e vantagens de um novo processo de desenvolvimento, aumentando o respaldo social das iniciativas e o número de "cúmplices" do processo, contribuindo, ainda, para incrementar o montante de recursos de toda a natureza que ela pode, de diversas formas, aportar aos projetos.

PROPOSTAS APROVADAS

Proposta 1

Levantamento, Avaliação, Revisão Bibliográfica e Banco de Experiências

O Conselho da Comunidade Solidária deverá constituir uma Comissão para elaborar uma proposta que aponte os critérios e parâmetros que possibilitem uma qualificação mais adequada das experiências de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Essa proposta visa orientar as seguintes ações:

- ◆ o levantamento de experiências bem-sucedidas e malsucedidas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável com a criação de um banco de experiências;
- ◆ a avaliação da forma de condução do processo, do gerenciamento, da articulação dos diversos agentes envolvidos na fase de formulação de propostas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, e na implementação, para identificar os aspectos favoráveis que possam ser multiplicados e os erros cometidos; e
- ◆ a revisão bibliográfica sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, incluindo a compilação de experiências relevantes já analisadas e implementadas no âmbito do Brasil e da América Latina com o objetivo de identificar os princípios mais importantes e recomendados, com ênfase nos aspectos relativos à participação do Estado.

Recomendações

- ◆ Identificar os usuários dos sistemas de informações sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
- ◆ Identificar informações já disponíveis e produzir um banco com dados úteis e relevantes, testando sua adequação às necessidades dos usuários
- ◆ Produzir estratégias de disseminação das informações e fazê-las chegar aos interessados
- ◆ Reunir instituições que realizam registros de experiências para elaboração de indicadores comuns que atendam aos usuários
- ◆ Avaliar os processos de gestão das experiências, criando categorias para o banco de dados e identificando as particularidades locais
- ◆ Desenvolver o conceito de gestão integrada
- ◆ Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação das experiências locais
- ◆ Produzir dados físicos e ambientais das localidades
- ◆ Realizar parcerias com universidades para realização do levantamento e da avaliação das experiências
- ◆ Identificar os aspectos nos consensos que podem ser transformados em indicadores
- ◆ Identificar e valorizar lideranças das experiências e promover seu encontro
- ◆ Definir o que caracteriza a liderança empreendedora e como podem desenvolver uma base local para continuidade dos processos
- ◆ Discutir com o IBGE a viabilidade de produzir os dados necessários ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Composição da Comissão

A Comissão apresentará uma proposta ao Conselho da Comunidade Solidária e deverá ser composta por representantes das seguintes instituições:

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM
2. Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social - SERE
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
4. Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa - NAPP
5. Núcleo de Estudos Sobre Poder e Organizações Locais - NEPOL
6. Banco do Nordeste S.A. - BNB
7. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
8. Instituto de Estudos da Religião - ISER.

Deverão também participar da Comissão o Conselho e a Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.

Proposta 2

Cartilha

Elaborar uma cartilha sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável com linguagem popular de fácil assimilação a fim de sensibilizar e servir de instrumento de mobilização de comunidades para tal alternativa de desenvolvimento.

Encaminhamento

Solicitar ao Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, lançado em Brasília no dia 17 de março de 1998, que elabore, produza e divulgue essa Cartilha.

Recomendação

- ◆ Sugerir que o Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável mantenha contato com a Comissão responsável pela sistematização da Proposta 1 para troca de informações a respeito do melhor encaminhamento para elaboração da Cartilha.

Proposta 3

Sistema de Informação Municipal

Estimular a criação de um sistema de informação municipal.

Encaminhamento

- ◆ Solicitar ao IBGE a produção de dados e informações relevantes para a sistematização do levantamento de experiências e outras informações necessárias ao processo de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Recomendações

- ◆ Integrar esta proposta aos resultados dos trabalhos das comissões responsáveis pelas propostas 1 e 4.

Proposta 4

Estratégia Federal

Estabelecer uma estratégia, no nível federal, de incentivo ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, direcionando programas e ações para impulsionar a integração das políticas com os outros níveis de governo e com a sociedade, essencial ao sucesso e à sustentabilidade dos processos.

Encaminhamento

Constituir uma comissão, situada na Câmara de Política Social do governo, para apresentar uma proposta de estratégia, levando em consideração as seguintes exigências:

- ◆ estabelecer parâmetros gerais;
- ◆ incorporar os três níveis de governo, o mercado e a sociedade civil;
- ◆ integrar a agenda social com a agenda econômica;
- ◆ articular as iniciativas já existentes, situadas em diversos órgãos governamentais;
- ◆ sugerir instrumentos de reciprocidade;
- ◆ produzir e divulgar informações (IBGE, MPO/IPEA, etc.);
- ◆ estimular o desenvolvimento de metodologias de capacitação;
- ◆ divulgar experiências de capacitação;
- ◆ incentivar a capacitação de gestores locais;
- ◆ incluir parcerias institucionais, de capacitação e crédito, como eixos estruturantes de uma política de apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável; e
- ◆ incorporar a dimensão ambiental e a metodologia da Agenda 21 Local.

Recomendações

- ◆ Levar em consideração os consensos estabelecidos na Oitava Rodada de Interlocação Política do Conselho da Comunidade Solidária, em especial o consenso nº 3
- ◆ Não criar uma nova burocracia federal e sim integrar o que já existe

- ◆ Levar em conta a experiência de articulação de programas governamentais da Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária
- ◆ Não criar modelos que venham “de cima”
- ◆ O papel do governo federal deve ser o de indutor, estimulador e apoiador
- ◆ Estudar a viabilidade de ter uma mesma estratégia federal para o apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável e a implantação da Agenda 21 Local.

Composição da Comissão

A Comissão deverá ser composta por oito integrantes:

1. Vilmar Faria – Secretário de Coordenação da Câmara de Política Social do governo (Coordenador)
2. Milton Seligman – Presidente do INCRA
3. Eduardo Martins – Presidente do IBAMA
4. Fernando Rezende – Presidente do IPEA
5. Nassim Gabriel Mehedeff – Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional/MTb
6. Silvana Maria Parente Neiva Santos – Chefe de Gabinete da Presidência do BNB.

Deverão também participar da Comissão o Conselho e a Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.

Outras Propostas Aprovadas

1. Incorporar os componentes “Desenvolvimento Institucional” e “Organização Físico-Territorial e Gestão Ambiental” como elementos fundamentais para o Desenvolvimento Local Integrado.

2. Sugerir a construção de fóruns que reúnam os conselhos e comissões municipais existentes (Mulher, Saúde, Educação, Criança e Adolescente, Emprego, etc.) para pensar o Desenvolvimento Local Integrado.
3. Apoiar a implementação da Agenda 21 Local.
4. Apoiar o funcionamento do “Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” que será lançado em Brasília no dia 17/03/98.
5. Sugerir a criação de um programa de televisão apresentando e debatendo experiências municipais inovadoras, na linha do “Pequenas Empresas – Grandes Negócios”, adaptando-o a essa área.
6. Incentivar os municípios a utilizar o novo potencial das TVs comunitárias. Um sistema descentralizado exige um ambiente rico em informação e comunicação.
7. Desenvolver premiações para boas iniciativas de Desenvolvimento Local Integrado, centradas na capacidade de absorver o desemprego e dinamizar o município em termos sociais e econômicos. A premiação é um bom sistema de comunicação e constitui um poderoso meio para dar visibilidade e legitimidade aos empreendimentos.

Parte II

Catálogo de Experiências

SUMÁRIO

Assentamento Conquista na Fronteira – Projeto de Assentamento Tracutinga	53
Câmara do Grande ABC	56
Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos de Curitiba - COSMO	58
Desenvolvimento Econômico Local – REDEL	61
Desenvolvimento Local – CEPAGRO	63
Desenvolvimento Sustentável: 100 Experiências Brasileiras (Publicação)	65
Geração e Difusão de Metodologias de Organização, Educação e Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar	67
Implantação dos Programas que Integram a Agenda Básica da Comunidade Solidária no Município de Saúde no Estado da Bahia	72
Interações entre os Processos Produtivos, Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Região da Baía de Paranaguá – Geração e Aplicação de Propostas de Desenvolvimento Sustentável	76
Paraíso Agora – Ação Local na Região de Alto Paraíso de Goiás	78
Plano de Desenvolvimento Sustentável do Município de Silvânia – PMDS	81
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Chopinzinho — 3ª Versão	85
Programa Agentes de Desenvolvimento – BNB	90

Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Camaragibe/PE e Região Metropolitana do Recife	95
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Catende/PE	97
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Fortaleza/CE	99
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Patos/PB	101
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Salvador/BA	104
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Sobral/CE	106
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Tejuçuoca/CE	108
Programa de Capacitação em Apoio ao Desenvolvimento Local – Timbaúba/PE	111
Programa de Desenvolvimento Econômico Local – Prefeitura Municipal de Cariacica	113
Programa de Emprego e Renda	117
Programa de Recuperação da Pequena Produção de Algodão no Nordeste	119
Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar – PROVE	122
Programa ESATUR – Educação e Saúde para o Turismo	124
Programa Favela Bairro	126
Programa Homem do Campo – Santana do Seridó/RN	130
Programa Integração AABB-Comunidade – Aracaju/SE	133
Programa Linhão do Emprego	135

Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – POEMA	139
Programa Trabalho e Cidadania – Projeto Favela Bairro	144
Projeto Alternativas Contra a Fome	148
Projeto Cesta da Cidadania – Fundo Rotativo de Empréstimos Solidários	151
Projeto de Apoio ao Programa de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza	154
Projeto de Complementação de Atividades de Produção Agroindustriais no Núcleo Coletivo (CEDAP) da COOPERBARRAS	157
Projeto Meia Ponte de Desenvolvimento Comunitário Sustentável	161
Projeto São Pedro – Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal	165
Projeto Travessia — O Futuro se Faz Agora	168
Projeto Vila Bairro	172
Sistema Cre\$ol de Cooperativismo de Crédito com Interação Solidária	175
ANEXO – Identificação do Programa/Projeto	183

ASSENTAMENTO CONQUISTA NA FRONTEIRA – PROJETO DE ASSENTAMENTO TRACUTINGA

Objetivos

- Garantir a permanência na terra avançando econômica e politicamente;
- Unir os assentados para enfrentar juntos as dificuldades em relação à política agrícola vigente;
- Ajudar nas dificuldades que as famílias enfrentam individualmente;
- Manter o espírito de ajuda e companheirismo para superar o individualismo e a falta de solidariedade;
- Possibilitar a todas as famílias tempo para o convívio familiar e comunitário participando da vida ativa da cooperativa; e
- Garantir a formação e conhecimento a todos os membros do assentamento.

Atividades Principais

Produção de grãos (comercialização e subsistência), subsistência (leite, ovos, carnes, hortaliças, frutas, arroz, feijão, etc.), gado de leite e corte, erva mate, aves de corte.

Local onde se Realiza

Extremo oeste de Santa Catarina, a 36 km da sede do município de Dionísio Cerqueira, próximo à Argentina, divisa com o estado do Paraná.

População-Alvo

São 60 famílias de agricultores, sendo que destas 127 pessoas trabalham em 1.198 ha de terra de forma coletiva. O restante são crianças de 0 a 12 anos e idosos com mais de 50 anos. As famílias são de origem italiana, alemã, negra e polonesa.

Órgão Responsável

A entidade que representa o Projeto denomina-se Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. (COOPERUNIÃO).

Parcerias Efetivadas

Governos Federal, Estadual e Municipal, INCRA, sindicatos, Banco do Brasil, EPAGRI, cooperativas, Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA — e associações de pequenos agricultores.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), Prefeitura Municipal, Igrejas, Empresa de Assistência Técnica, STR e Bancos Financeiros.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto foi fundado em 24 de junho de 1988 com grandes dificuldades, pois a área estava totalmente coberta por pastagens. Elaborou-se logo no início do Projeto um plano a curto, médio e longo prazos que estabelecia metas de desenvolvimento social e econômico para as famílias. Desse plano executaram-se 70 a 80% da previsão.

Atualmente o Projeto se encontra em situação bastante avançada. Conseguiu se estruturar e viabilizar a produção, estando hoje com mais de 40 atividades de produção, inclusive de armazenamento, transporte, habitação com água encanada e energia elétrica, saneamento básico, educação, centro comunitário, agroindústrias, mecanização da lavoura, creche, controles informatizados, telefonia rural e assistência técnica.

Número de Pessoas que Trabalham

Participam do processo de produção 127 pessoas, com diferenciação de atividades conforme a capacidade de trabalho de cada um.

Orçamento Total

- 1996: R\$ 473.393,43
- 1997: R\$ 557.755,00
- 1998: R\$ 832.124,33

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
INCRA	R\$ 913.003,50
PRONAF	R\$ 285.978,30
COOPERUNIÃO	R\$ 558.981,90
Bancários	RS 105.309,00

Síntese dos Resultados Alcançados

Os resultados alcançados foram significativos nas seguintes áreas: alimentação, habitação, lazer, educação, saúde, conforto social, preservação do meio ambiente, respeito à sociedade, distribuição do trabalho conforme a aptidão de cada pessoa, qualificação da mão-de-obra dentro dos setores específicos, formação e informação, criação de um convívio de harmonia, solidariedade, companheirismo entre as famílias e reforço à idéia, junto à sociedade, de que reforma agrária é possível.

Nome do Responsável

Valmir Scher

Instituição em que Trabalha

Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda.

Setor

Comissão de Finanças

Cargo

Presidente

Endereço

Assentamento Conquista na Fronteira, Linha Tracutinga
89.950-000 – Dionísio Cerqueira/SC
Telefax: (049) 891-8402

CÂMARA DO GRANDE ABC

Objetivo

Promover o desenvolvimento econômico sustentável da região do Grande ABC.

Atividades Principais

A Câmara foi inicialmente organizada em 4 Grupos Temáticos: Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Desenvolvimento Social; e Aspectos Tributários.

Estes GT apresentaram 101 propostas, sendo que 31 foram priorizadas em uma primeira etapa, transformando-se em 9 acordos de parceria.

Local Onde se Realiza

Região do Grande ABC

População-Alvo

População da região do Grande ABC: 2.200.000 habitantes (IBGE, 1996)

Órgão Responsável

A Câmara do Grande ABC tem um Conselho Deliberativo e uma Coordenação Executiva. As prefeituras municipais têm liderado o processo por intermédio do Consórcio Intermunicipal.

Parcerias Efetivadas

Em 3 de novembro de 1997 foram assinados 9 acordos envolvendo o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, o Governo do Estado de São Paulo, setores empresariais, sindicatos e setores organizados da sociedade civil, com destaque para o Fórum da Cidadania do Grande ABC, que congrega mais de 100 entidades.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

A Câmara do Grande ABC foi instalada em 12 de março de 1997, tendo sido assinados os primeiros acordos em 3 de novembro de 1997. Atualmente, sua Coordenação Executiva, além de monitorar a implantação dos acordos, está constituindo novos Grupos de Trabalhos.

Número de Pessoas que Trabalham

No seminário para escolha das 31 prioridades participaram cerca de 300 pessoas.

Orçamento Total

Cada acordo envolveu um orçamento específico. Exemplos: macrodrenagem: recursos da ordem de R\$ 30 milhões; Movimento de Alfabetização Regional: recursos previstos para 1998 – R\$ 1.350.000,00.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Agência de Desenvolvimento Econômico;
- Obras viárias sistema Anchieta/Imigrantes e rodovia Índio Tibiriça;
- Revisão da Lei nº 9.472/96;
- Aumento da competitividade das Cadeias Produtivas do ABC;
- Programa de Qualificação Profissional;
- Circuito turístico cultural ambiente; e
- Movimento Criança, prioridade 1.

Nome do Responsável

Prefeito Celso Daniel (Santo André) – Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC em 1997 e Prefeito Maurício Soares de Almeida (SBC) – Presidente do Consórcio Grande ABC em 1998.

Instituição em que Trabalha

Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings

Cargo

Presidente

Função

Coordenador Executivo da Câmara do Grande ABC

Endereço

Rua D. Laura, nº 530 – Vila Bastos
09040-240 – Santo André/SP
Tel: (011) 412-3011 – Fax: (011) 444-8499

COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS DE CURITIBA – COSMO

Objetivos

- Gerar emprego e renda;
- Criar alternativas de trabalho remunerado auto-sustentável, voltadas aos segmentos da população menos favorecida;
- Qualificar e requalificar a mão-de-obra; e
- Promover a organização dos trabalhadores via formação de cooperativa de trabalho.

Atividades Principais

A cooperativa oferece os seguintes serviços: jardinagem, capinagem, roçada, limpeza/abertura de valetas secas, paisagismo, reparos, manutenção de mobiliários e equipamentos, pinturas, pequenos reparos, manutenção de mobiliários e equipamentos, pinturas, pequenos serviços na área de construção civil, poda de árvores, espalhamento de areia e terra, recolhimento de entulhos e resíduos.

Local Onde se Realiza

Em toda a cidade de Curitiba e região metropolitana

População Alvo

População desempregada e carente, sem qualificação profissional: 1.200 pessoas

Órgão Responsável

A Fundação de Ação Social – FAZ — participou no apoio e implantação da cooperativa.

Parcerias Efetivadas

Instituto Pró-Cidadania de Curitiba - IPCC

Instituições/Entidades Locais que Participam

EMATER; Sindicato e Organização das Cooperativas no Estado do Paraná – OCEPAR; SENAR; Centro de Ensino Técnico-Profissionalizante – CETEP; Faculdade de Administração e Economia – FAE; Fundação de Ação Social – FAS.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Elaboração do projeto em 03 de maio de 1997

Inauguração da cooperativa em 09 de julho de 1997

Número de Pessoas que Trabalham

A FAS colabora no apoio técnico com um profissional. A cooperativa possui 150 associados e sua administração é feita por qua-

tro pessoas contratadas pela cooperativa. A Faculdade de Administração e Economia apóia a cooperativa na assistência contábil realizada por um professor e oito estudantes do curso de ciências contábeis.

Orçamento Total

R\$ 286.212,00 (custo estimado no primeiro ano)

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Instituto Pró-Cidadania de Curitiba	R\$ 28.208,53

Síntese dos Resultados Alcançados

- Realização de 10 reuniões de sensibilização com lideranças comunitárias para expor o projeto;
- Realização de 08 cursos sobre a doutrina e a filosofia cooperativista para os interessados em ingressar na cooperativa;
- Capacitação técnica e doutrina cooperativista para novos cooperados atingindo 300 pessoas; e
- Com a implementação da cooperativa, a renda média mensal dos cooperados passou a ser de R\$ 170,00.

Nome do Responsável

Marina Klamas Taniguchi

Instituição em que Trabalha

Fundação de Ação Social – FAS

Cargo

Presidente

Endereço

Av. Paraná, nº 2.272 – Boa Vista

82510-000 – Curitiba/PR

Telefax: (041) 356-7272

E-mail: marina@faz.curitiba.arauc.com.br

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL - REDEL

Objetivo

Desenvolver ações estratégicas de Desenvolvimento Econômico Local por meio da construção de redes de atores sociais.

Atividades Principais

Construção de redes institucionais, técnicas, territoriais, econômicas e temáticas capazes de efetuar programas de geração de trabalho e renda.

Local Onde se Realiza

Estado do Rio de Janeiro

População-Alvo

Com o foco voltado para microempreendimentos, cooperativas e empresas familiares, e auto-emprego, procura-se trabalhar a visão de produtividade social cujos benefícios atingem toda a população.

Órgão Responsável

Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social – SERE

Parcerias Efetivadas

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e SEBRAE/RJ

Instituições/Entidades Locais que Participam

Federação de Indústrias, Clube de Diretores Lojistas/Associação Comercial e Industrial, ONG, sindicatos, escolas técnicas, fórum de cooperativas, associações de microempresas e prefeituras.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início em setembro de 1993. Atualmente encontra-se na fase de consolidação de instrumentos de crédito e comercialização por intermédio da construção de agências de desenvolvimento econômico local.

Número de Pessoas que Trabalham

Na coordenação estão envolvidas 5 pessoas. Entretanto, o envolvimento é diferenciado por municípios.

Síntese dos Resultados Alcançados

Consolidação de empreendimentos econômicos e programas municipais de trabalho e renda e desenvolvimento de legislação municipal integrado com municípios, assim como construção de redes solidárias de trabalho.

Nome do Responsável

Franklin Dias Coelho

Instituição em que Trabalha

Universidade Federal Fluminense - SERE

Função

Consultor

Endereço

Rua do Mercado, nº 7 – 7º andar – Praça XV

20010-120 – Rio de Janeiro/rj

Fonefax: (021) 507-5908/507-9117

DESENVOLVIMENTO LOCAL – CEPAGRO

Objetivos

Implantar metodologia de animação de processos de desenvolvimento local em comunidades (municípios) rurais.

Atividades Principais

- Constituição de fóruns de desenvolvimento local;
- Elaboração de diagnósticos participativos;
- Elaboração de planos de desenvolvimento local sustentável, constituídos participativamente;
- Assessoria na gestão e execução dos planos; e
- Implantação de programa de capacitação de lideranças.

Local onde se Realiza

Diversos municípios de Santa Catarina (Passos Maia, São José do Cerrito, União do Oeste, Irati, Iporã do Oeste, Anchieta, Coronel Freitas, Blumenau, etc.)

População-Alvo

O Projeto envolve nas ações locais um amplo conjunto de atores (agricultores, comerciantes, pequenos industriais, lideranças políticas, movimentos organizados de jovens, mulheres, etc.).

As ações de mobilização, diagnóstico, planejamento e execução propriamente dita envolvem um grande número de habitantes.

Órgão Responsável

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO

Parcerias Efetivadas

Centro Vianei de Educação Popular – Lages/SC; Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – APACO – Chapecó/SC; Empresa de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural de Santa Catarina; e Departamento Sindical de Estudos Rurais – DESER.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeituras municipais, sindicatos locais e movimentos sociais, e entidades da sociedade civil

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início no primeiro trimestre de 1996. Cada município envolvido encontra-se em diferente etapa do processo.

Número de Pessoas que Trabalham

Os técnicos de 3 ONG (CEPAGRO, APAGO e Centro Vianei)

Orçamento Total

R\$ 200.000,00/ano

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
PNFC	R\$ 30.000,00
CONTAG	R\$ 22.000,00
Prefeituras	R\$ 30.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- 10 fóruns de desenvolvimento constituídos;
- 06 diagnósticos concluídos; e

- 06 planos de desenvolvimento elaborados e em execução.

Nome do Responsável

Valério Alécio Turnes

Instituição em que Trabalha

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo -
CEPAGRO

Função

Secretário-Executivo

Endereço

Rodovia Admar Gonzaga km 03 (CCA/UFSC)
Cx. Postal 6073
88036-971 – Florianópolis/SC
Telefax: (048) 334-3176

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 100 EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS (PUBLICAÇÃO)

Objetivos

Divulgar onde e como vem nascendo o novo Brasil sustentável, descrevendo algumas iniciativas e lideranças pioneiras, dentre as quais as chamadas Agendas 21 Locais.

Atividades Principais

Consultas a ONG, governos locais, associações comunitárias e instituições privadas para elaborar o relatório. Cada experiência foi selecionada com base nos seguintes critérios: sustentabilidade, replicabilidade, gestão em parceria e integração multissetorial.

Local Onde se Realiza

Todo o território nacional

População-Alvo

População envolvida com os projetos

Órgão Responsável

Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal

Parcerias Efetivadas

Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental Urbana da UNILIVRE de Curitiba

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Setembro de 1996 e conclusão em março de 1997

Número de Pessoas que Trabalham

Cinco

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
MMA - Programa BRA94/016	40.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Fichário com as 100 experiências classificadas em áreas temáticas; e
- CD-Rom contendo uma ficha multimídia de cada experiência.

Nome do Responsável

Aspásia Camargo - Ex-Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente

Contato atual: Diomar Silveira

Instituição em que Trabalha

Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal

Cargo

Assessor

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 6º andar

70053-900 – Brasília/DF

Tel: (061) 317-1425/8215

GERAÇÃO E DIFUSÃO DE METODOLOGIAS DE ORGANIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS APROPRIADAS À AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivos

- Incentivar a cooperação entre entidades da sociedade para atuarem em processos de desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ecológico;
- Incentivar a participação efetiva da população nas decisões, gestão e operacionalização das propostas; e
- Organizar a difusão dos avanços para que sirvam de referência a outros processos sociais.

Atividades Principais

- Formação e acompanhamento em gestão dos sistemas produtivos aos agricultores envolvidos na atividade;
- Desenvolvimento e vida na roça (ação de desenvolvimento comunitário nas áreas de produção e geração de renda, saneamento e saúde, educação, lazer e cultura);

- Escolas Comunitárias de Agricultores (Formação para Agentes de Desenvolvimento Local);
- Fomento e formação técnica para agricultores familiares que optaram pela produção orgânica;
- Formação de professores municipais da área rural (revisão curricular e metodologia); e
- Assessoria à organização por cadeias produtivas (leite, aves, cana).

Local Onde se Realiza

Sudoeste do Paraná, compreendendo os municípios de Pranchita, Flor da Serra, Salgado Filho, Ampére, Santa Isabel D'Oeste, Realeza, Pérola D'Oeste, Planalto, Capanema, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Verê, Coronel Vivida, Renascença, Marmeleiro, Francisco Beltrão, Manfrinópolis e Cruzeiro do Iguaçu.

População-Alvo

- A população-alvo das ações é composta de famílias de agricultores familiares que representam 50% da população da região;
- A renda média das famílias atingidas é de no máximo US\$ 6.000 anuais, conforme caracterização do Diagnóstico dos Sistemas de Produção realizado em 1994 pela ASSESOAR e Instituto Agrônomico do Paraná – IAPAR;
- O tamanho médio das propriedades é de 10 ha; e
- O total das pessoas atingidas diretamente pelas ações é de 3.120 pessoas.

Órgão Responsável

ASSESOAR – Associação de Estudos de Orientação e Assistência Rural

Parcerias Efetivadas

Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores – CRAPA; Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL/UNIOESTE; EMATER – Regional de Francisco Beltrão – PR; Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda. – COAGRO; Pastoral Diocesana da Criança; Centro Federal de Formação Tecnológica – CEFET – Pato Branco – PR; Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR; sindicatos de trabalhadores rurais; e Sistema de Crédito Cooperativo Solidário – CRE\$OL.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Sindicatos de trabalhadores rurais; Pastoral Diocesana da Criança; Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão – FACIBEL/UNIOESTE; Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores – CRAPA; centrais de associações de pequenos agricultores – CIAPA, CAPAF, CAPAVI; associações comunitárias de moradores; escolas nuclearizadas do meio rural; e secretarias municipais de educação e de agricultura.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

A ASSESOAR é uma associação que tem 32 anos de existência, passando por diversas configurações quanto aos projetos que executou. O descrito neste documento teve início em janeiro de 1996 e encontra-se na fase final, tendo como marca diferencial a incorporação efetiva de práticas de geração de renda de forma sustentável em relação aos recursos naturais, bem como a ampliação das oportunidades de trabalho e qualidade de vida. Além disso, as presentes ações carregam com propriedade a necessidade da cooperação entre os diversos atores da sociedade civil e governos na solução dos problemas vividos por essa região.

A perspectiva é de que as necessidades e as possibilidades de atuação se multipliquem e que novos projetos possam ser formulados na mesma estratégia.

Número de Pessoas que Trabalham

10 pessoas

Orçamento Total

R\$ 600.980,00 para o triênio

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
ASSESOAR (recursos próprios)	R\$ 132.495,00
Cooperação EZE	R\$ 317.988,00
Outros	R\$ 79.497,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Acompanhamento técnico e planejamento das atividades produtivas a 300 famílias de grupos/associações que se encontram, após três anos, com projetos familiares e/ou grupais de produção por cadeia produtiva, inclusive com processos atuais de implantação de unidades agroindustriais de pequeno porte nas áreas de aves, leite e cana-de-açúcar;
- Formação de 75 monitores (escolas comunitárias de agricultores) como agentes de desenvolvimento local (produção, saneamento, saúde, organização e cooperação) que atuam a partir das comunidades onde moram. Estes monitores passaram por um processo de formação de 14 semanas-aula cada um, em alternância de 60 dias;
- Acompanhamento direto a 133 famílias na perspectiva do desenvolvimento autogestionário do espaço rural, com ações nas áreas da saúde, saneamento, recuperação e proteção dos recursos naturais (mananciais de água e florestas), programa escolar e comunitário de educação ambiental, formação dos professores da escola local, cursos de formação na área da agricultura orgânica e implementação de unidades agroindustriais comunitárias/cooperadas e geração de alternativas de renda para os moradores da vila;

- Constituição de um programa regional de formação de produtores em produção orgânica que agora passa a ser assumido em parceria por prefeituras, CEFET, centrais de associações, cooperativas de produtores de leite e FACIBEL;
- Publicações: Construindo Escola na Roça – No Redobrar da Esperança; Projeto Vida na Roça – vol. I e II; Diagnóstico Sócio-Econômico da Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná; Diagnóstico dos Sistemas de Produção Agropecuária do Sudoeste do Paraná; Radiografia dos Movimentos Sociais Populares do Sudoeste do Paraná; Estratégias de Conhecimento para a Agricultura Familiar – Sistematização da Formação de Monitores; Adubação Verde; A Revolta dos Colonos de 1957; Plantas Medicinais; Metodologia de Gestão dos Sistemas de Produção;
- Vídeos: assesoar 30 Anos; Adubação Verde: De Olho no Passado e Pés no Futuro; Escolas Comunitárias de Agricultores: No Rebrotar da Esperança; Construindo Alternativas; Vídeo Conferência: Desenvolvimento Sustentável; Sistemas de Crédito em Debate; Sistema cre\$ol de Crédito Rural com Interação Solidária; Uma Visão Sistêmica; Festival 40 Anos.

Nome do Responsável

Ari Silvestro

Instituição em que Trabalha

assesoar

Cargo

Diretor Executivo

Função

Coordenador de Convênios

Endereço

assesoar

Rua General Osório, nº 500 – Cx. Postal 124

85602-240 – Francisco Beltrão/PR

Telefax: (046) 524-2488

E-mail: assesoar@worldline.com.br

IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS QUE INTEGRAM A AGENDA BÁSICA DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE SAÚDE NO ESTADO DA BAHIA

Objetivos

Combater a fome e a exclusão social e contribuir para a promoção do desenvolvimento do Município de Saúde - BA.

Atividades Principais

Implantação dos programas federais que integram a Agenda Básica da Comunidade Solidária:

- Redução da Mortalidade na Infância/Ministério da Saúde: Programa de Combate à Desnutrição Materno-Infantil; Programa de Agentes Comunitários de Saúde -PACS; Programa Nacional de Imunização - PNI; e Programa de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde;
- Alimentação - Programa de Distribuição de Alimentos - PRODEA/CONAB/MA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/FNDE/MEC;
- Apoio ao Ensino Fundamental - FNDE/MEC: Programa Dinheiro na Escola; Programa Saúde do Escolar; Programa Transporte Escolar; e Programa de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar;
- Geração de Ocupação e Renda e Educação Profissional/MTB: Programa de Geração de Emprego e Renda nas Áreas Urbanas e

Rurais - PROGER - e Plano Nacional de Educação Profissional - PLANFOR;

- Habitação e Saneamento - SEPURB/MPO: Programa de Ação Social em Saneamento - PASS, e Programa Habitar-Brasil; e
- Desenvolvimento Rural/MA: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

Estímulo à realização de programas estaduais no município e à realização de parcerias entre governo e sociedade.

Local Onde se Realiza

Município de Saúde - Estado da Bahia

População-Alvo

Os 17.000 habitantes do município, dos quais 60% são indigentes segundo o Mapa da Fome do IPEA.

Órgão Responsável

Rede Comunidade Solidária:

- Governo Federal: Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária; Ministérios e Órgãos Setoriais.
- Governo Estadual: Interlocação Estadual da Comunidade Solidária, Secretarias e Órgãos Setoriais.
- Governo Municipal: Prefeito e equipe.
- Conselhos Municipais.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Município de Saúde passou a integrar a Comunidade Solidária em 1996.

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Em 1996 os recursos da Agenda Básica repassados ao município foram da ordem de R\$ 476 mil, o que representou 35% do FPM recebido naquele ano (R\$ 1,3 milhão). Além disso foram aplicados

cerca de R\$ 170 mil em pequenos financiamentos no âmbito do PROGER. Também foram distribuídas cestas de alimentos para 1673 famílias indigentes. Os recursos repassados em 1997 ainda não estão disponíveis.

Síntese dos Resultados Alcançados

Apresentam-se, a seguir, as ações desenvolvidas pelo Município de Saúde - BA, cujas informações foram levantadas pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM -, a partir do estudo de avaliação da estratégia da Comunidade Solidária, em andamento.

Segundo a avaliação do IBAM, o município promoveu uma boa articulação e integração das ações nas áreas de saúde, alimentação e educação. Assim, os Agentes Comunitários de Saúde participam da seleção das famílias beneficiárias do Programa de Distribuição de Alimentos - PRODEA. O PRODEA, por sua vez, exige, de seus usuários com filhos, o comprovante de matrícula na escola e a carteira de vacinação em dia, o que contribui para aumentar a cobertura vacinal do PNI e diminuir tanto a evasão escolar quanto o número de crianças fora da escola.

Os Agentes Comunitários de Saúde também participam da seleção das crianças desnutridas e requerem para o atendimento das mesmas - com leite e óleo de soja - o cartão de vacinação em dia, o que novamente fortalece o Programa Nacional de Imunizações -PNI.

No âmbito da Educação, o ônibus escolar transporta também para a zona rural do município a merenda escolar que, para muitas crianças daquela região, é a principal refeição do dia, reforçando a melhoria da qualidade do ensino.

Esse esforço vem apresentando resultados concretos:

- Segundo dados do Sistema de Informação do PACS, a mortalidade infantil em Saúde é da ordem de 26:1000, muito inferior à média de 46:1000 do estado da Bahia.
- As informações da Secretaria Municipal de Educação revelam o aumento do número de matrículas, no biênio 95/96, de 4.385 para 6.526 alunos, o que representa um aumento de 50%; a

evasão reduziu-se de 508 para 396 crianças no mesmo período (queda de 27%). Mesmo com esses dados positivos, segundo o IBAM, o nível de cobertura dos programas de educação, saúde e alimentação ainda está aquém das necessidades locais.

A Prefeitura iniciou um processo de promoção da geração de ocupação e renda, tendo em vista que o desemprego é o principal problema do município de Saúde.

Nesse sentido, as obras de saneamento executadas com recursos federais (PASS) têm gerado empregos; o BNB recentemente fixou na área um agente de desenvolvimento; o PROGER já concedeu alguns empréstimos a produtores locais e foram disponibilizados recursos para capacitação profissional; e, recentemente, foi criada a Comissão Municipal de Emprego.

O processo de implementação articulada das ações no Município de Saúde tem sido possível graças ao engajamento do prefeito, do acompanhamento sistemático da rede da Comunidade Solidária, notadamente do Interlocutor Estadual e da Secretaria-Executiva. A sociedade local inicia sua participação no processo de desenvolvimento mediante o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, da Comissão do PRODEA e da recém-criada e promissora Comissão Municipal de Emprego.

O desafio que se coloca, doravante, para o Município de Saúde, é ampliar a cobertura das ações básicas de saúde, educação, alimentação, saneamento e habitação, etc., e, ao mesmo tempo, reforçar condições econômicas e sociais para o desenvolvimento sustentável do lugar.

Nome do Responsável

Dinaldo Caetano da Silva

Instituição em que Trabalha

Prefeitura Municipal de Saúde/BA

Endereço

Rua do Fórum, s/nº - Centro

44740-000 – Saúde/BA

Tel: (074) 633-2101 – Fax: (074) 633-2113

INTERAÇÕES ENTRE OS PROCESSOS PRODUTIVOS, MEIO AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO DA BAÍA DE PARANAGUÁ – GERAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivos

Gerar propostas que viabilizem a prática do desenvolvimento sustentável, garantindo a melhoria da qualidade de vida das gerações atual e futuras na região alvo.

Atividades Principais

Elaboração; validação; desenvolvimento; produção de propostas e divulgação dos resultados.

Local Onde se Realiza

Litoral do Paraná

População-Alvo

População do litoral paranaense (216.733 habitantes – ano base 1996)

Órgão Responsável

Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná – NIMAD/UFPR

Parcerias Efetivadas

Prefeituras, SPVS, EMBRAPA, IAP e IAPAR

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeituras, associações da comunidade, escolas, postos de saúde, clubes e outros

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início: março de 1996

Término: dezembro de 1998

Número de Pessoas que Trabalham

Aproximadamente 100 pesquisadores

Orçamento Total

CNPq: R\$ 468.000,00

UFPR: R\$ 1.500.000,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
UFPR	R\$ 1.300.000,00
CNPq	R\$ 468.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Estudo de 8 núcleos de problemas de desenvolvimento;
- Seminário geral com a comunidade para discutir os problemas de desenvolvimento sustentável; e
- Propostas (fase final) para contribuir com a solução dos problemas em 8 áreas (água, solo, vegetação, fauna, saúde, planejamento urbano, formação educacional e gestão).

Nome do Responsável

Renato Eugenio de Lima

Instituição em que Trabalha

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Setor

Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento
– NIMAD

Cargo

Coordenador do Projeto

Endereço

Caixa Postal 19023 – Jardim das Américas

81531.990 – Curitiba/PR

Fone: (041) 366-2723/366-2323 ramal 3152 – Fax: (041) 366-2723

PARAÍSO AGORA - AÇÃO LOCAL NA REGIÃO DE ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

Objetivo

Reunir condições para o desenvolvimento humano e sustentável na região de Alto Paraíso de Goiás a partir da “participação cidadã”, impulsionada pela solidariedade, patrocinada e efetivada por meio de múltiplas parcerias e organizada de forma descentralizada.

Atividades Principais

A primeira fase conta com o seguintes projetos desenheadores:

- “Aldeia Paraíso” - construção e funcionamento de um *shopping center* alternativo, reunindo telecentro, feira de hortifrutigranjeiros, lojas para venda de produtos regionais, estandes para exposição e venda de objetos artísticos e artesanais, praça de alimentação e Centro de Tradições Goianas;
- “Usina Parque” - projeto para recuperar e colocar em funcionamento a área da antiga usina hidrelétrica da cidade, no prazo de dois anos, como atrativo turístico; terá uma oficina de educação ambiental com formação de guias turísticos mirins e adultos;

- “Sertão Cerrado Vivo” - atinge 60 famílias da área rural do Sertão com projeto de extrativismo de frutos do cerrado e beneficiamento de produtos naturais;
- “Amormoinho” - projeto para 42 famílias da área do Moinho estabelecerem a produção sustentável de açúcar mascavo, rapadura, marmelada, goiabada, bananada, *mango-chutney*, farinha de mandioca e polvilho;
- “Paraíso em Ação” - ações na área de saúde e educação, como programas de alfabetização para adultos, capacitação profissional de jovens, higiene, educação sexual, lazer educativo, nutrição, fitoterapia e novas práticas de saúde; e
- “Centro de Tradições Goianas” - recuperar, divulgar e valorizar a cultura regional, além de incentivar a produção do artesanato.

Local Onde se Realiza

Regiões do Alto Paraíso de Goiás, compreendendo os municípios de Alto Paraíso, Cavalcante, Nova Roma, Teresina de Goiás, Colinas de Goiás, São João D’Aliança e o Distrito de São Gabriel de Goiás.

População-Alvo

Na primeira fase o projeto será realizado apenas no município de Alto Paraíso de Goiás. Atende a toda população urbana - 810 famílias - e 200 da área rural.

Órgão Responsável

Rede ALPA - rede de 10 instituições da sociedade civil local e ÁGORA de Brasília

Parcerias Efetivadas

Prefeitura Municipal; Organizações da Sociedade Civil Local; Câmara Municipal Local; Fundação Banco do Brasil; IBAMA; Conselho e Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária.

Instituições/Entidades Locais que Participam

AMORMOINHO - Associação dos Moradores do Moinho;
APROMAS - Associação de Proteção do Meio Ambiente do Sertão;
ASFLO - Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado;
ASAS-AP - Associação dos Amigos da Saúde de Alto Paraíso. Todas articuladas pela Rede ALPA e mais quase uma dezena de outras associações locais.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início da aprovação pública do anteprojeto: junho de 1996.

Início da implantação: janeiro de 1997

Fase atual: implantação

Número de Pessoas que Trabalham

Parceiros e voluntários. Até março de 1998, 2 pessoas remuneradas.

Orçamento Total

Na fase de implantação dos 6 projetos desencadeadores: R\$ 700.000,00

Nome do Responsável

Coordenação da Rede ALPA - contato Peter Midkiff

Instituição em que Trabalha

Centro de Atendimento ao Turista – CAT

Cargo

Coordenador

Endereço

Rua 01 – Q. 01 – Lote 01 – APM

73770-000 – Alto Paraíso/GO

Tel: (061) 646-1159

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE SILVÂNIA - PMDS

Objetivos

Promover, por meio de um amplo processo de envolvimento sistêmico e co-participativo, a melhoria dos serviços públicos e a sua adequação ao desenvolvimento socioeconômico e cultural, à melhoria ambiental, de acordo com as exigências públicas comunitárias.

Atividades Principais

- Congregar recursos humanos, financeiros, tecnológicos, entre outros, na implantação do PMDS-Silvânia e dos projetos consequentes com participação e comprometimento da população, das instituições e das lideranças do município, para potencializar as forças impulsionadoras e diminuir ou eliminar as forças restritivas ao desenvolvimento;
- Promover e/ou dinamizar os conselhos temáticos e criar o Fórum Municipal de Desenvolvimento Sustentável, como mecanismo de controle social e de apoio à sustentabilidade do desenvolvimento municipal;
- Promover melhorias nos sistemas de saúde, educação e cultura municipais transformando o município em centro referencial para os demais;
- Criar condições para o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, fomentando a vinda de indústrias para o município e facilitando a infra-estrutura, entre outras formas de incentivo para aumento da riqueza municipal e da oferta de postos de trabalho;
- Promover a qualificação profissional de professores, estudantes, técnicos e de produtores rurais e de empreendedores urbanos para facilitar o atendimento das mudanças demandadas pela globalização e assegurar o emprego, ocupação e renda, no mínimo;

- Melhorar a “inteligência” municipal com a criação de cursos universitários, reciclagem de professores, técnicos e empresários, instalação de bibliotecas, entre outros serviços que possam elevar a cultura e a capacitação profissional da população;
- Promover o turismo e o artesanato como formas de aumentar a ocupação da mão-de-obra, principalmente a familiar, com geração de renda, divulgando a imagem e a cultura de Silvânia;
- Estimular a produção, com qualidade, do segmento agropecuário, compatibilizando-a com a vocação da família, a oferta ambiental e o mercado, promovendo por intermédio de agroindústrias e indústrias rurais mais valor à produção primária;
- Estimular o associativismo e o cooperativismo em todas as suas formas para que a ética da cooperação constitua importante dimensão da cultura local;
- Melhorar a infra-estrutura básica municipal, principalmente estradas vicinais e pontes, escoadouros das riquezas do município e equipamento para a educação, saúde, lazer, energia, etc.;
- Adequar a estrutura administrativa da Prefeitura às exigências da população em termos de qualidade de atendimento e da resolução de problemas relativos às funções de governo municipal; e
- Definir marcos referenciais para a ação pública e a ação privada que possibilitem a elaboração de projetos para atender às necessidades da presente e das futuras populações do município.

Local Onde se Realiza

Município de Silvânia/GO, distante 180 km de Brasília e 80 km de Goiânia. Envolve 13 bairros, 49 comunidades rurais e 3 povoados.

População-Alvo

Toda a população do município, cerca de 18.000 habitantes, sendo 10.000 na zona urbana e 8.000 na zona rural.

Órgão Responsável

Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável – PNFC

Parcerias Efetivadas

Prefeitura Municipal de Silvânia/GO e Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Silvânia/GO

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura Municipal de Silvânia; Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Silvânia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás – EMATER - GO; Banco Nacional de Agricultura Familiar – BNAF; Rádio Rio Vermelho AM de Silvânia; e Associação Comercial de Silvânia.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Elaboração: abril a outubro de 1997

Negociação e implantação: a partir de julho de 1997

Número de Pessoas que Trabalham

Prefeitura Municipal: 8

PNFC: 3

Orçamento Total

R\$ 20.000,00 (custeio): Prefeitura

R\$ 50.000,00 (custeio): PNFC

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Prefeitura	R\$ 10.000,00
PNFC	R\$ 30.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Capacitação de 84 professoras de escolas municipais para introdução do cooperativismo e associativismo no ensino fundamental;
- Capacitação de técnicos da Secretaria de Transportes de Silvânia e municípios vizinhos em construção e conservação de estradas rurais;
- Capacitação de técnicos da Secretaria da Agricultura de Silvânia e de municípios da Bacia do Rio Meia Ponte em produção de mudas em viveiros no sistema de tubetes;
- Diagnóstico participativo da problemática do município nas diversas áreas: saúde, meio ambiente, economia, social, agropecuária, lazer e segurança;
- Desenvolvimento de instrumentos de apoio aos agricultores familiares filiados à Central de Associações, como: acompanhamento e gerenciamento de dívidas, lavouras comunitárias (Comunidade Solidária) e serviços dos tratores nas associações; e
- Implantação do Programa de Integração da Produção na Agricultura Familiar.

Nome do Responsável

Carlos Henrique Teixeira de Carvalho Júnior

Instituição em que Trabalha

PNFC – Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável

Setor

Área de Associativismo e Cooperativismo

Cargo

Assessor

Função

Desenvolvimento de projetos prioritários em organização de produtores rurais

Endereço

Rua Agrípio José de Souza, nº 146

75.180-000 – Silvânia/GO

Telefax: (062) 332-1454

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – 3ª VERSÃO

Objetivos

Promover ações orientadas visando à sustentabilidade do desenvolvimento pela interdependência do crescimento econômico, à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio ambiental por meio do processo organizacional e de parcerias das instituições e do público beneficiário.

Atividades Principais

- Programa de produção vegetal (projetos de culturas anuais; fruticultura e horticultura; melhoria de infra-estrutura de máquinas e equipamentos comunitários; correção da acidez do solo; e conservação e manejo de solo);
- Programa de cultura e lazer (projetos: rodeio do bagre; festa do pêssego; festa das nações; e festa do agricultor);
- Programas de educação e profissionalização (projetos: nuclearização do ensino, Casa Familiar Rural; e educação ambiental);
- Programa de produção animal (projetos: bovinocultura de leite; bovinocultura de corte; e ovinocultura);

- Programa de organização rural (projetos: associativismo; sindicalismo; e cooperativismo);
- Programa preservação do meio ambiente (projetos: reciclável de dejetos animais; proteção de mananciais e matas ciliares; abastecedores comunitários e depósitos de lixo tóxico; controle à formiga; e florestas);
- Programa de assistência social (projetos de: creches rurais; vilas rurais, construção reforma de moradia rurais; instalação de energia elétrica e telefonia rural; triagem, diagnóstico social, encaminhamentos atestados e tratamentos de casos sociais; capacitação profissional/fomento a atividades rentáveis economicamente/alimentação; indígena; e lavouras comunitárias);
- Programa de Saúde (Projeto saneamento básico rural);
- Programa agroindustrialização; e
- Programa gestão de recursos e infra-estrutura institucional.

Local Onde se Realiza

Contempla toda a área territorial do município (90.760 hectares) de Chopinzinho (PR), envolvendo principalmente a população rural, totalizando 13.608 habitantes, ou seja, 62% do total da população.

População-Alvo

- A população-alvo caracteriza-se por apresentar área inferior a 50 hectares (91,86% das propriedades do município), isto é, pequenas propriedades com alta utilização de mão-de-obra familiar em relevo suavemente ondulado, ondulado e montanhoso;
- As principais explorações referem-se às culturas anuais (soja, milho, feijão, trigo) e à pecuária (leite, bovinos de corte, avicultura e sericultura);
- Os produtores rurais estão organizados em 42 associações de produtores rurais perfazendo 1.417 sócios, em 65 clubes de mães com 1.865 sócios, em 294 grupos de agricultores sócios

em máquinas e equipamentos agrícolas e em um entreposto de cooperativa agropecuária com 660 produtores.

Órgão Responsável

Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

Parcerias Efetivadas

Prefeitura Municipal de Chopinzinho; EMATER – Paraná; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; Central de Associações de Produtores; Associação de Produtores; Câmara dos Vereadores; Associação Comercial e Industrial; Associação de Mulheres Rurais; Casa Familiar Rural; Associação de Fruticultores; e Produtores Rurais.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura Municipal de Chopinzinho; EMATER – Paraná; Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda.; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sindicato Rural; Central de Associações de Produtores; Câmara dos Vereadores; Associação Comercial e Industrial; Associação de Mulheres Rurais; Casa Familiar Rural; Associação de Fruticultores; e Produtores Rurais.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início: março de 1993. Atualmente se encontra na terceira versão com implementação das ações voltadas à capacitação da mão-de-obra, diversificação de explorações, saúde preventiva, educação voltada ao meio rural e melhoria da qualidade de vida rural.

Número de Pessoas que Trabalham

Área técnica: 20 profissionais

Área institucional: 15 pessoas

Orçamento Total

R\$ 74.409.114,00 (para 4 anos)

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Os recursos são provenientes do município, Secretaria de Agricultura do estado, Ministério da Agricultura, agentes financeiros, cooperativas e recursos próprios dos produtores rurais. Os valores incluem todos os segmentos do Plano de Desenvolvimento Rural, perfazendo um total de R\$ 11.550.000,00.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Piscicultura: construção de 390 tanques;
- Sericultura: 85 galpões de sericultura;
- Readequação de estradas em 305 km e manutenção em 395 km;
- Drenagem: 110 hectares;
- Fruticultura: 350 toneladas de pêssego, 110 toneladas de maracujá e 120 toneladas de uva;
- Horticultura: 360 toneladas de tomate;
- Casa Familiar Rural: 75 alunos;
- PRONAF – Investimento e custeio: R\$ 1.200.000,00;
- Creches rurais: 3 com 120 crianças;
- Núcleos de ensino na área rural – reflorescimento: 91.500 mudas;
- Capacitação de 1.300 produtores rurais;
- Realização de mais de 600 inseminações em bovinos de leite;
- Incremento de 24% no ICMS primário do município;
- Criação de 294 grupos de agricultores para aquisição grupal de máquinas e equipamentos;
- Criação de 42 associações de produtores rurais;
- Aplicação de mais de 100.000 toneladas de calcário;
- Realização de 6 eventos municipais na área de cultura e lazer com o público rural;

- Construção de uma vila rural para 44 famílias;
- Instalação de 12 postos de serviços telefônicos em associações de produtores; e
- Realização de 22 palestras na área da medicina preventiva.

Além dos itens acima citados, que refletem apenas uma amostra do avanço no setor, há o que acredita-se ser o mais importante: a conscientização e a mudança de visão do meio rural ocorridas pelo sistema organizacional e pelas parcerias institucionais.

Nome do Responsável

Engenheiro Agrônomo Luiz Pasquali

Instituição em que Trabalha

Prefeitura Municipal de Chopinzinho

Setor

Divisão de Agricultura

Cargo

Diretor

Endereço

Rua Santos Dumont, nº 533

85560-000 – Chopinzinho/PR

Telefax: (046) 242-1122

PROGRAMA AGENTES DE DESENVOLVIMENTO - BNB

Objetivos

- Integrar ações de desenvolvimento: cabe ao agente fomentar a integração das ações de desenvolvimento nas localidades, sensibilizando e articulando instituições governamentais, órgãos técnicos e a sociedade civil para reflexão, planejamento e execução de estratégias conjuntas, de forma integrada e sinérgica, dentro do processo de desenvolvimento local;
- Estruturar as cadeias produtivas: compete ao agente estruturar cadeias produtivas, dentro de uma visão sistêmica, induzindo e revitalizando atividades impactantes nas economias locais e atuando sobre as diversas variáveis que pressionam estes complexos econômicos, tais como: mercados atuais e potenciais, canais de distribuição, gargalos de infra-estrutura, grau de estruturação tecnológica e de competitividade dessas atividades e empreendimentos econômicos;
- Organizar os Agente Produtivos: o estímulo e fortalecimento do cooperativismo representa estratégia de fundamental importância para a sustentabilidade econômica dos empreendimento de mini e pequenos agentes produtivos regionais por oferecer possibilidades de abordagem em escola para problemas de ordem creditícia, tecnológica, produtiva e mercadológica, bastante peculiares aos pequenos produtores, que só encontrarão respostas na ação coletiva de forma democrática e participativa; e
- Modernizar e promover a competitividade das empresas e seus empreendimentos: a inserção competitiva dos agentes produtivos regionais no mercado passa por uma profunda mudança no modelo de gestão dos seus empreendimentos, capaz de possibilitar uma visão crítica e dinâmica da realidade da empresa, e situá-la diante dos cenários de forma ágil e flexível. O agente de desenvolvimento deverá, por meio de um acompanhamento

permanente, intermediar a instrumentalização dos agentes produtivos para a elevação do *status* tecnológico, mercadológico e gerencial dos seus empreendimentos e, ainda, orientá-los quanto ao processo de financiamento junto ao banco.

Atividades Principais

- Estabelecer intercâmbio institucional visando ao conhecimento mútuo dos programas e estratégias;
- Realizar planejamento e avaliação das ações conjuntas voltadas para o desenvolvimento local integrado de forma participativa, envolvimento dos parceiros e da comunidade, representados em comitês e outros fóruns;
- Desenvolver ações em parceria com governo municipal, órgãos técnicos, ONG, lideranças da comunidade, sociedade civil, concretizando o processo de desenvolvimento sustentável de forma sinérgica;
- Conscientizar os agentes produtivos para a prática de atividades econômicas dentro de uma visão integrada de cadeia produtiva;
- Analisar, em conjunto com parceiros e agentes produtivos, a potencialidade e a viabilidade das atividades econômicas e de seus empreendimentos, identificando vantagens competitivas e comparativas;
- Estabelecer fóruns de articulação empresarial e governamental para solução de gargalos de infra-estrutura e fortalecimento dos elos da cadeia produtiva;
- Acompanhar a evolução das atividades das cadeias produtivas impactantes nas economias locais;
- Estimular a formação do complexo econômico local, implantando atividades complementares e criando novas oportunidades de negócios;
- Desenvolver ações de estímulo ao associativismo junto aos mini e pequenos agentes produtivos;

- Orientar os agentes produtivos quanto à formação de organizações associativas e à implementação de projetos sustentáveis;
- Estimular a implementação de atividades econômicas e complementares que possibilitem a sustentabilidade dos empreendimentos dos associados;
- Estimular a ampliação da função social das organizações;
- Sensibilizar e conscientizar os agentes produtivos para a inserção competitiva na economia de mercado;
- Facilitar a identificação das necessidades dos agentes produtivos, auxiliando a elaboração do plano de negócio;
- Articular, intermediar e acompanhar as ações de capacitação dos agentes produtivos; e
- Intermediar a instrumentalização dos agentes produtivos para elevação do *status* tecnológico, mercadológico e gerencial de seus empreendimentos.

Local Onde se Realiza

Nos 1.873 municípios da região Nordeste, inclusive o norte de Minas Gerais, área de atuação do Banco do Nordeste

População-Alvo

Agentes produtivos isolados, associações e cooperativas, órgãos técnicos e governos municipais

Órgão Responsável

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Parcerias Efetivadas

Projeto Banco do Nordeste/PNUD, protocolos com governos estaduais e municipais

Instituições/Entidades Locais que Participam

Governos municipais, órgãos técnicos, ONG, entidades de classe e igrejas

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início em agosto de 1996. Atualmente, 410 Agentes de Desenvolvimento estão em plena atividade nos municípios. Acontece, ainda, a seleção e formação básica de mais de 40 Agentes de Desenvolvimento.

Número de Pessoas que Trabalham

O Programa Agentes de Desenvolvimento encontra-se inserido na estrutura do Banco do Nordeste, sendo operado com apoio da Direção Geral e as agências, sendo que estão diretamente vinculados ao Programa 410 funcionários (Agentes de Desenvolvimento) alocados em agências e 7 funcionários compondo a equipe do Projeto Estruturante Agentes de Desenvolvimento.

Síntese dos Resultados Alcançados

Atualmente 5.086 povoados e distritos já foram visitados e estão sendo trabalhados dentro da concepção de desenvolvimento local com a formação de 1.710 comitês que funcionam como fóruns de discussão e decisão de questões estratégicas para os municípios, envolvendo os governos municipais, órgãos técnicos, ONG, entidades de classes, igrejas, Agentes Produtivos individuais, além de 4.012 associações e cooperativas ora sendo capacitadas e assistidas pelos Agentes de Desenvolvimento.

Evolução da Ação nos Municípios
Dados Estatísticos da Ação dos Agentes de Desenvolvimento

ESTADOS DO POLÍGONO	AGÊNCIAS	AGENTES DE DESENVOLVIMENTO			MUNICÍPIOS	
		Previstos	Providos	Total prestado	Atendidos	Comitês desenvolvim ento local
Alagoas	9	23	21	101	101	97
Bahia	34	103	97	415	415	405
Ceará	28	49	49	184	184	137
Maranhão	14	47	24	217	217	208
Minas Gerais	9	22	21	86	86	84
Paraíba	14	48	46	223	223	206
Pernambuco	19	48	48	185	185	137
Piauí	15	53	47	221	221	204
R. G. do Norte	13	35	35	166	166	157
Sergipe	15	22	22	75	75	75
NORDESTE	170	450	410	1.873	1.873	1.710

Nome do Responsável

Maria José Augusto Chaves

Instituição em que Trabalha

Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Setor

Projeto Estruturante Agentes de Desenvolvimento

Cargo

Coordenadora do Projeto

Endereço

Av. Paranjara, nº 5.700 – Bl. E – 2 – Superior

60741-000 – Passaré/CE

Tel: (085) 299-3304 – Fax: (085) 299-3306

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – Camaragibe/PE e Região Metropolitana do Recife

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GESPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas

Local Onde se Realiza

Município de Camaragibe/PE

Região Metropolitana do Recife – 112.000 habitantes

População-Alvo

População urbana composta de micro e pequenos empreendedores e associações comunitárias, totalizando 900 habitantes

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

SEBRAE, BANDEPE, Banco do Nordeste, FIAM, SINE, CEAS Urbano, Centro Josué de Castro, Ação e Cidadania e Prefeitura local

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura local

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início de abril de 1997. Atualmente: capacitação empresarial para indivíduos e GESPAR (Gestão participativa para Desenvolvimento Empresarial) nas organizações associativas e capacitação institucional (Prefeitura).

Número de Pessoas que Trabalham

Equipe técnica: 28 pessoas

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área

Síntese dos Resultados Alcançados

Treinamento gerencial para 300 empreendedores individuais e elaboração de 180 Planos de Negócios. Mobilização de 4 organizações associativas para a aplicação da GESPAR e, em fase de elaboração, 10 projetos de empresas formais para crédito.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – CATENDE/PE

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GEPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Catende/PE – Zona da Mata

População-Alvo

Organizações econômicas associativas rurais e urbanas que se ocupam de fruticultura, pecuária, confecções e cerâmica, e empre-

endimentos individuais (comércio, serviços, produção e organização de caráter não econômico – média de 800 famílias)

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

Banco do Nordeste – BANDEPE, EMATER, Secretaria de Agricultura e Prefeitura

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura local

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início de maio de 1996

Fase de Transferência de Tecnologias Específicas – TTE

Número de Pessoas que Trabalham

Apoio técnico: 4 pessoas

Agentes locais: 25 pessoas

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área

Síntese dos Resultados Alcançados

- Total de organizações trabalhadas: 11;
- Novos empreendimentos: 144;
- Apoio a empreendimentos já existentes: 4;
- Fortalecimento da idéia organizativa da comunidade; e
- Capacitação institucional.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – FORTALEZA/CE

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GESPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Fortaleza/CE – em 5 bairros da Região Administrativa IV

População-Alvo

Essencialmente urbana, composta basicamente por micro e pequenos empreendedores envolvidos em 14 organizações comunitárias e culturais.

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

Banco do Nordeste, PROFITEC, COMOV, FECEP, SINE/CE, INFRAERO, CÁRITAS/Fortaleza/Regional

Instituições/Entidades Locais que Participam

COMOV e Secretaria Regional IV (Prefeitura)

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início em janeiro de 1997. Atualmente inicia a aplicação da GESPAR.

Número de Pessoas que Trabalham

04 permanentes e 02 pontuais

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Interação e fortalecimento institucional, via soma de esforços para o atendimento das necessidades demandadas pela comunidade;
- Fortalecimento organizacional;
- Geração de empreendimentos individuais; e

- Liberação e negociação de propostas de crédito para empreendimentos individuais.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – PATOS/PB

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;

- Metodologia GESPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Microrregião de Patos/PB, abrangendo 14 municípios do Alto Sertão Paraibano

População-Alvo

População rural com pequenos produtores de culturas de subsistência. Na área urbana predomina o setor de serviços e comércio.

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

ONG: 02; instituições governamentais: 09; e prefeituras: 10

Instituições/Entidades Locais que Participam

EMATER – Prefeitura local; SINE – Projeto COOPERAR; SEBRAE – Banco do Nordeste; EMEPA – UFPb.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

- A partir de 1º de agosto de 1997
- Aplicação da GESPAR
- Nas organizações, apoio a empreendimentos individuais (treinamento), formação e acompanhamento de cadeias produtivas
- Articulação institucional
- Elaboração de planos de negócios com organizações

Número de Pessoas que Trabalham

23 técnicos, sendo 2 voluntários.

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área

Síntese dos Resultados Alcançados

- Geração de 393 empreendimentos produtivos individuais;
- Treinamento de 204 empreendimentos individuais;
- Financiamento liberado para 146 empreendedores e para 4 organizações;
- Integração de cadeias produtivas;
- Integração das organizações de produtores; e
- Geração de pequenos negócios rurais.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista
50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – SALVADOR/BA

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia gespar;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Salvador/BA

População-Alvo

População de baixa renda em 05 bairros da área urbana da capital, sendo de associações de moradores e microempreendimentos informais e formais. (diretamente atingidos: 186 em média – indiretamente atingidos: 1.200 em média)

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

Banco do Nordeste, Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social, EBDA, OCEB, SLUDIC, Grupo Germen, SEBRAE, SESI

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Programa foi iniciado em setembro de 1997. Atualmente, inicia-se a GESPAR.

Número de Pessoas que Trabalham

16 técnicos

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Geração de 06 empreendimentos associativos, 41 individuais, sendo 15 existentes e 26 novos;
- Compreensão do espaço local;
- Recuperação de credibilidade institucional;
- Articulação entre algumas associações para a realização de organizações associativas paralisadas; e
- Articulação das organizações para eventos locais.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

E-mail: bnbpnud@truenet.com.br

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – SOBRAL/CE

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GEPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Sobral-CE – Semi-árido do Ceará com população de 120.000 habitantes

População-Alvo

5.500 pessoas – áreas rural e urbana

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

Prefeitura Municipal, Universidade Vale do Acaraú/UVA, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste/PNUD

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura Municipal, Universidade Vale do Acaraú/UVA, EMRAPA, EMATERCE, IBAMA, CÁRTAS, Banco do Nordeste, Banco do Nordeste/PNUD, SINE, SEBRAE, Escritório particular de consultoria e projetos

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

A partir de 1º de agosto de 1997. Atualmente, o Projeto encontra-se na fase de aplicação da Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial – GESPAR.

Número de Pessoas que Trabalham

Equipe técnica interinstitucional – 12 pessoas

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Fortalecimento das organizações trabalhistas;
- Auto-organização das comunidades;

- Geração de perfis de empreendimentos produtivos; e
- Capacitação de equipe técnica (formação de multiplicadores).

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL - TEJUÇUOCA/CE

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GESPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Tejuçuoca/CE

População-Alvo

População basicamente rural, alto índice de analfabetismo, grande nível de mobilização e capacidade de trabalho. Total: 1.550 habitantes

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

DNOCS – Secretaria de Desenvolvimento Rural; EMATERCE; UFC; Secretaria de Indústria e Comércio; SEPLAN/CE; UECE; Banco do Nordeste/PNUD; e Secretaria de Recursos Hídricos.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura local, EMATERCE e STR-FAMT

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início de maio de 1996: fase de Transferência de Tecnologias Específicas – TTE; desenvolvimento institucional; e elaboração de projetos.

Número de Pessoas que Trabalham

Inicial: 22 técnicos

Atual: 6 técnicos

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Criação da Federação das Associações do Município de Tejuçuoca;
- Formação dos agentes de desenvolvimento local;
- Fortalecimento das organizações trabalhadas;
- Elaboração de projetos produtivos;
- Auto-organização das comunidades; e
- Nascimento do sentido de pertencer nas pessoas das organizações.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

Tel: (081) 412-5096 – Fax: (081) 412-5053

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL – TIMBAÚBA/PE

Objetivos

- Apoiar o Desenvolvimento Econômico Local em áreas de interesse social;
- Promover a gestão participativa e o desenvolvimento empresarial de produtores rurais e urbanos;
- Capacitar lideranças empresariais e comunitárias para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável; e
- Viabilizar e fortalecer parcerias institucionais com capacitação de equipes técnicas.

Atividades Principais

- Capacitação organizacional massiva;
- Metodologia GESPAR;
- Capacitação institucional; e
- Transferência de tecnologia de metodologias específicas.

Local Onde se Realiza

Timbaúba/PE – Zona da Mata

População-Alvo

População rural, trabalhadores da cana-de-açúcar, e urbana

Órgão Responsável

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Parcerias Efetivadas

Banco do Nordeste – IPA, FIAM, EMATER-PE, CEAS Urbano, BANDEPE

Instituições/Entidades Locais que Participam

Associações dos professores

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início: maio de 1996. Atualmente: conclusão AMB

Apoio à elaboração institucional e cadeias produtivas – formação de agentes locais

Número de Pessoas que Trabalham

15 pessoas, incluindo técnicos e pessoas da localidade.

Orçamento Total

R\$ 400.000,00 (aproximadamente) por projeto, variando conforme a área.

Síntese dos Resultados Alcançados

Mobilização de parte da sociedade local para desenvolvimento de projetos próprios, geração de empregos (200), criação de um espaço próprio para discussão de ações.

Nome do Responsável

Tania Regina de Farias Zapata

Instituição em que Trabalha

Projeto Banco do Nordeste/PNUD

Cargo

Coordenadora Executiva

Endereço

Av. Conde da Boa Vista, nº 800 – 5º andar – Boa Vista

50060-000 – Recife/PE

E-mail: bnbpnud@truenet.com.br

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL – Prefeitura Municipal de Cariacica

Objetivos

- Atender às demandas socioeconômicas localizadas, por meio da capacitação, gerando emprego e renda para as famílias do município;
- Capacitar mediante a aplicação da metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial);
- Qualificar e requalificar mão-de-obra;
- Despertar o espírito de cidadania, por meio do desenvolvimento do processo organizativo nas comunidades;
- Fortalecer as organizações existentes no município;
- Facilitar e possibilitar a criação de novas empresas e empreendimentos associativistas e individuais, formais e informais;
- Desenvolver programas específicos e parcerias para viabilizar as ações de geração de emprego e renda;
- Desenvolver programas específicos e parcerias para a melhoria e implantação da infra-estrutura no meio rural;
- Desenvolver a visão empresarial; e
- Mudar o comportamento das famílias e organizações.

Atividades Principais

Área Urbana:

- Utilização da metodologia de capacitação GESPAR;
- Utilização da metodologia de capacitação massiva – oficina/ambiente de fortalecimento organizacional;
- Promoção de cursos profissionalizantes, por parcerias e convênios; e

- Apoio técnico-pedagógico aos treinados nos cursos de qualificação profissional e a organizações e empreendimentos.

Área Rural:

- Utilização da metodologia GESPAR;
- Projeto conceitual;
- Caderno de propriedade;
- Diagnóstico participativo;
- Plano de ação imediato;
- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR; e
- Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.

Local Onde se Realiza

Nas comunidades rural e urbana do município de Cariacica/ES

População-Alvo

Área Urbana:

- População de baixa renda; desempregados; sem qualificação profissional; setor informal; micro e pequenas empresas; e associações comunitárias
- Público direto - 750 pessoas - e indireto - 2.550
- Área Rural:
- Pequenos produtores rurais; baixa tecnologia para produção; mulheres e jovens de rua; e associação de produtores e mulheres
- Público direto - 400 famílias - e indireto - 2.000 pessoas

Órgão Responsável

Prefeitura Municipal de Cariacica

Parcerias Efetivadas

SENAI; SENAR; SINE; e EMATER

Instituições/Entidades Locais que Participam

SEBRAE; Comissão Municipal do Trabalho – CMT; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cariacica; Universidade Federal do Espírito Santo; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Projeto BNB/PNUD

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início em 24 de março de 1997. A fase atual contempla:

- Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR;
- Elaboração de propostas de financiamento para o setor agrícola e a criação de pequenos negócios urbanos;
- Processo organizativo das Associações de Fabricantes de Painéis e Prestação de Serviço;
- Execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Cariacica, voltado para o apoio ao financiamento do pequeno produtor rural e urbano do município; processo organizativo para reativação de Associações de Produtores rurais nas comunidades de Duas Bocas e Cachoeirinha;
- Plano Integrado de Desenvolvimento Rural – PID; e
- Plano de atividades associativas na área urbana.

Número de Pessoas que Trabalham

8 técnicos na área urbana, 5 técnicos na área rural, 2 técnicos no apoio logístico (15 técnicos no total)

Orçamento Total

R\$ 2.000.000,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Prefeitura Municipal de Cariacica	R\$ 720.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- População mobilizada: área urbana - 20.000 pessoas; área rural - 1.400 pessoas
- Empregos gerados: aproximadamente 820 pessoas na área urbana e 450 na rural
- População qualificada e requalificada:

Rural: 194 pessoas

Cursos: processamento de banana, conservas caseiras e excursões técnicas

Urbana: 1.029 pessoas

Cursos: eletricitista instalador predial; mecânica de automóveis; mecânica de refrigeração; mecânica de motores a diesel; e costura industrial

Nome do Responsável

Braz Antônio Camatta

Instituição em que Trabalha

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local e Agricultura

Cargo

Secretário Municipal

Endereço

Rodovia BR 262 – km 3,5 – Alto Laje

29140-501 – Cariacica/ES

Fax: (027) 226-0037

PROGRAMA DE EMPREGO E RENDA

Objetivos

Melhoria das condições socioeconômicas por meio do seu envolvimento e comprometimento articulado com parceiras técnicas, econômicas e financeiras.

Atividades Principais

- Identificar e analisar a situação atual do município;
- Fomentar o surgimento de novos empreendimentos econômicos, notadamente via criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas, capazes de gerar emprego e renda;
- Identificar potencialidades de investimento;
- Fomentar o surgimento de novos empreendedores e capacitá-los à criação e sustentação de suas empresas;
- Qualificar mão-de-obra nas áreas técnicas, gerenciais e administrativas;
- Incentivar o fortalecimento das micro e pequenas empresas existentes;
- Fomentar ações associativistas que tenham por objetivo econômico o desenvolvimento de empresas e por objetivo social a geração de empregos produtivos;
- Contribuir para criar condições e oportunidades capazes de reter o homem em sua comunidade, reforçando a melhoria da qualidade de vida;
- Conscientizar a comunidade na busca do seu autodesenvolvimento; e
- Interiorizar as ações do sistema SEBRAE.

Local Onde se Realiza

922 municípios do país

População-Alvo

Micro e pequenas empresários existentes e potenciais dos municípios brasileiros

Órgão Responsável

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE

Parcerias Efetivadas

Órgãos federais, estaduais e municipais, associações e entidades de iniciativa privada

Instituições/Entidades Locais que Participam

SEBRAE/estaduais, prefeituras municipais, governo estadual, entidades privadas locais

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O PRODER teve seu início no final de 1993, encontrando-se atualmente com abrangência nas 27 Unidades Federativas e atendendo cerca de 922 municípios.

Número de Pessoas que Trabalham

Em média 3 pessoas por Unidade Federativa, totalizando 81 pessoas do Sistema SEBRAE engajadas no PRODER.

Orçamento Total

Até o fim de 1997 foram alocados cerca de R\$ 8.000.000,00, estando previstos para 1998 R\$ 4.000.000,00, num total de R\$ 12.000.000,00.

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Sistema SEBRAE	R\$ 8.000.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Municípios com implantação concluída: 373

- Municípios em fase de execução: 549
- Empregos gerados: 16.700
- Empresas criadas: 1.708
- Empresas expandidas: 2.224

Nome do Responsável

Mário Lúcio de Ávila

Instituição em que Trabalha

SEBRAE

Setor

Gerência de Programas Setoriais – GPS

Cargo

Gerente

Endereço

SEPN 515 – Bloco C – Loja 32

70770-530 – Brasília/DF

Fone: (061) 348-7281 – Fax: (061) 347-4120

PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO NORDESTE

Objetivos

A finalidade básica do Programa é recuperar a pequena produção de algodão e oferecer aos pequenos produtores familiares do Nordeste condições especiais para obtenção de renda com a cultura, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades para sua fixação no campo e o aumento da produção.

Atividades Principais

- Treinamento dos técnicos de extensão rural a ser realizado pelo Centro Nacional de Pesquisa do Algodão/EMBRAPA, visando atualizá-los sobre tecnologias e manejos produtivos relacionados à cultura;
- Treinamento dos agricultores familiares a ser realizado pelos extensionistas estaduais, objetivando especialmente o melhor manejo da cultura e o conseqüente aumento da produtividade;
- Acompanhamento de todo o ciclo produtivo por parte dos agrônomos extensionistas; e
- Incentivos à formação de associações/organizações de produtores para a próxima safra a fim de viabilizar o acesso a linhas especiais de crédito para compra de máquinas e implementos agrícolas, assim como minidescaroçadeiras mecânicas. Isso com o intuito de permitir não só melhoria na produtividade de cultura, como também a obtenção de melhores níveis de preços na comercialização do produto beneficiado.

Local Onde se Realiza

Na região Nordeste do país, com atenção especial ao semi-árido

População-Alvo

Agricultores familiares do Nordeste (conforme caracterização dada no PRONAF), produzindo até 5 ha de algodão. Estima-se que o Programa beneficiará, em 1998, 25 mil famílias e, em 1999, 40 mil, viabilizando a obtenção de uma renda mínima de R\$ 107,66/mês e por hectare durante o ciclo produtivo (5 meses em média).

Órgão Responsável

Secretaria Especial de Políticas Regionais – Ministério do Planejamento e Orçamento (SEP/MP)

Parcerias Efetivadas

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF/MAA; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/MAA; Centro Nacional de Pesquisa do Algodão – EMBRAPA; Secretarias de Estado da Agricultura; Banco do Nordeste; e Banco do Brasil

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeituras Municipais; Escritórios da EMATER; e Associações e Cooperativas de Produtores

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Programa foi lançado no dia 23 de janeiro do ano corrente. No momento estão sendo realizadas as articulações para transferência dos recursos ao CNA/EMBRAPA, a serem financiados pela SUDENE, necessários para realização dos treinamentos dos agrônomos da extensão rural.

Orçamento Total

- Treinamento dos extensionistas da EMATER ao longo dos três anos de duração do Programa: R\$ 260.000,00;
- Recursos do PRONAF para crédito de custeio para o primeiro ano do Programa: R\$ 21.000.000,00; e
- Comercialização da safra 97/98 via CONAB: o montante de recursos a serem utilizados dependerá da demanda dos agricultores familiares participantes do Programa.

Síntese dos Resultados Alcançados

Dada a fase inicial em que se encontra o Programa, lançado em 23 de janeiro de 1998, os resultados não são ainda passíveis de discussão.

Nome do Responsável

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Instituição em que Trabalha

Secretaria Especial de Políticas Regionais – Ministério do Planejamento e Orçamento

Cargo

Coordenador Geral de Articulação Institucional

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, sala 858

70062-900 – Brasília/DF

Tel: (061) 226-2882 – Fax: (061) 225-3355

PROGRAMA DE VERTICALIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR - PROVE

Objetivos

Fazer com que o produtor rural, ao verticalizar sua pequena produção familiar, tenha lucro em sua atividade econômica.

Atividades Principais

- industrializar ou semi-industrializar a pequena produção familiar; e
- comercializar em redes de supermercados esses produtos competitivamente.

Local Onde se Realiza

Em todo o Distrito Federal (5.860 km²)

População-Alvo

- Renda *per capita* familiar de no máximo R\$ 50,00;
- Morar na propriedade que pode ter no máximo 20 hectares; e

- No Distrito Federal há em torno de 4.000 famílias que se enquadram na categoria de excluídos e que estão aptas a participar do Programa.

Órgão Responsável

Secretaria de Agricultura

Parcerias Efetivadas

CNPq, IICA, BRB e Secretaria do Trabalho

Instituições/Entidades Locais que Participam

EMATER, Fundação Zoobotânica, SAB, CEASA, Secretaria do Trabalho, CAESB, Secretaria de Educação, CEB e Secretaria de Saúde

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Programa teve início em outubro de 1995. Atualmente está em expansão.

Número de Pessoas que Trabalham

Todo o Governo Democrático e Popular, direta e indiretamente

Orçamento Total

Este Programa é autofinanciado pelos empréstimos dos agricultores ao BRB. Não há orçamento institucional.

Síntese dos Resultados Alcançados

A renda *per capita* familiar passou em média de R\$ 50,00 para R\$ 200,00.

Nome do Responsável

João Luís Homem de Carvalho

Instituição em que Trabalha

Secretaria de Agricultura

Função

Secretário

Endereço

Anexo do Buriti, 14º andar

70075-900 – Brasília/DF

Tel: (061) 224-1616 – Fax: (061) 322-3902

PROGRAMA ESATUR – EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA O TURISMO

Objetivos

Desenvolver um trabalho integrado nas áreas de saúde e educação para a comunidade, possibilitando o comprometimento de acadêmicos dos cursos de Turismo, Educação Física, Pedagogia, Agronomia, Biologia, Geografia, Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia da Universidade Federal do Maranhão, colocando em prática o aprendizado em sala de aula.

Atividades Principais

Ações nas áreas acima citadas por meio da Medicina Preventiva, Educação Básica (capacitação de professores leigos), Fitoterapia (horto medicinal), Turismo (inventariar os povoados, conscientização ambiental e cultural, infra-estrutura local, associativismo, alternativas de geração de renda).

Local Onde se Realiza

Povoados do município de Alcântara/MA, Canelativa, Ponta D'Areia, Ilha do Cajual, São João de Cortes, Oitiva, Raimundo Sú

População-Alvo

Crianças, jovens, adultos e idosos residentes nos povoados, totalizando 4.000 habitantes

Órgão Responsável

Universidade Federal do Maranhão

Parcerias Efetivadas

Prefeitura Municipal de Alcântara

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

Início – Maio de 1997

Término – Janeiro de 1998

Atualmente o Projeto está procurando novas parcerias para poder dar continuidade às atividades do Programa.

Número de Pessoas que Trabalham

40 pessoas (36 acadêmicos e 04 professores orientadores)

Orçamento Total

R\$ 94.464,28

Síntese dos Resultados Alcançados

- Melhoria nas condições de saúde pela medicina, odontologia preventiva e utilização de fitoterápicos;
- Melhoria da educação por meio de treinamentos com professores dos povoados, acadêmicos dos cursos de Pedagogia e Educação Artística; e
- Incentivo às bases de geração de renda no setor turístico (culinária, artesanato, agronomia, pesca).

Nome do Responsável

Gabriela Silva Noronha e Aline Maria da Cruz Souza

Instituição em que Trabalha

Universidade Federal do Maranhão

Setor

Curso de Turismo

Função

Estudantes

Endereço

Rua de Santana, nº 478 – Centro ou Rua 19, Q. 20, Cj. 02 –
Cohab IV

65015-440/65053-420 – São Luís/MA

Tel: (098) 217-8184/217-8006/231-0800 – Fax: (098) 217-
8184

PROGRAMA FAVELA BAIRRO

Objetivos

O Programa Favela Bairro reverte a forma tradicional de intervenção da Administração Pública sobre as áreas marginais da cidade, com o objetivo de integrá-las ao tecido urbano formal. A transformação das Favelas em Bairros se concretiza pelas seguintes ações:

- A participação direta da população em todo o processo de elaboração e execução do projeto urbanístico, de ações simultâneas nos âmbitos físico-urbanístico e social, caracterizando-se pela construção e complementaridade da infra-estrutura urbana básica, e ressaltando-se a importância de ampliar o acesso da população aos equipamentos e serviços de saúde, educação, segurança, limpeza urbana e outros;
- A introdução nas favelas de elementos urbanísticos capazes de conferir a cada localidade o *status* de bairro;
- A implementação de programas sociais voltados para atenção à infância e juventude e terceira idade, voltados para geração de trabalho e renda, além das atividades esportivas e culturais e,

por fim, a regularização fundiária como culminância do processo de garantia efetiva dos direitos de cidadania para as populações marginalizadas da cidade do Rio de Janeiro.

Atividades Principais

O Programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e implementado pelas duas macrofunções municipais relacionadas abaixo:

- Macrofunção de Desenvolvimento Urbano, que envolve a elaboração de projetos e execução de obras de redes de saneamento básico e sistema viário, áreas de esporte e lazer, creches, escolas, postos de saúde, centros comunitários, unidades habitacionais para relocação de moradores, reflorestamento e contenções de encostas, iluminação pública, canalização de rios e vales, assim como a viabilização da operação e manutenção dos equipamentos e a prestação de serviços; e
- Macrofunção de Políticas Sociais, que viabiliza o atendimento às creches, programas de esporte, de geração de renda e de formação profissional, bem como às atividades culturais, de educação e saúde.

Local Onde se Realiza

O Programa se desenvolve em 79 favelas do Município do Rio de Janeiro.

População-Alvo

Trata-se da população de baixa renda moradora em 77 favelas de médio porte, de 500 a 2.500 domicílios (220.000 moradores), e 02 favelas de grande porte, que são Jacarezinho (48.000 moradores) e Rio de Pedras (25.000 moradores) beneficiando um total de 293.000 habitantes de renda média de 2 salários mínimos.

Órgão Responsável

Secretaria Municipal de Habitação

Parcerias Efetivas

As parcerias junto ao Programa Favela Bairro acontecem de diversas maneiras e em momentos distintos. Ocorre quando da elaboração e execução do projeto de urbanização de cada comunidade e/ou no desenvolvimento dos programas sociais. Podemos citar como exemplos desses parceiros: SEBRAE, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – COPPE-UFRJ LIGHT, TELERJ, Viva Rio, Médicos Sem Fronteiras, Agenda Social 2000 e, permanentemente, IBASE, Caixa Econômica Federal, BNDES, INDESP, e Universidade Federal do Rio de Janeiro para monitoramento e avaliação geral do Programa, entre outros. É importante destacar, nesse processo de parceria com a sociedade civil organizada, os *workshops* que fazem parte da metodologia de participação comunitária proposta pelo Favela Bairro, realizados no momento em que se discute a concepção e viabilidade do projeto urbanístico. Esses encontros, dirigidos aos moradores e técnicos envolvidos em cada projeto, têm contribuído de maneira significativa para a concretização de obras mais próximas aos anseios e necessidades dos moradores das favelas, bem como vêm garantindo o indispensável envolvimento da população para a permanência e gestão dos programas sociais viabilizados pelo Favela Bairro.

Instituições/Entidades Locais que Participam

- Macrofunção de Desenvolvimento Urbano para prestação de consultoria, fiscalização e execução de obras; Secretaria de Urbanismo para regularização fundiária e definição das áreas de especial interesse social; Secretaria de Meio Ambiente, reflorestamento e avaliação de impactos ambientais; Instituto de Planejamento da Cidade do Rio de Janeiro – IPLANRIO, para toda a contratação de projetos; Riourbe – fiscalização de obras; e Rio Luz – iluminação pública.
- Macrofunção de Políticas Sociais: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a coordenação de creches em cada projeto; Secretaria Extraordinária de Trabalho para implantação dos programas de geração de renda e formação profissional; Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – programas de esporte; Se-

cretaria de Educação, Saúde e Cultura; e COMLURB – coleta de lixo.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Favela Bairro foi subdividido em 4 fases, tendo iniciado a primeira fase em setembro de 1994. Atualmente, encontram-se em licitação de projetos as áreas pertencentes à quarta fase.

Número de Pessoas que Trabalham

Aproximadamente 170 profissionais trabalham no Favela Bairro, sendo 30 da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e 140 de uma Supervisora e Gerenciadora, além dos escritórios de arquitetura, contratados para desenvolver os projetos, e as empresas construtoras das obras.

Orçamento Total

R\$ 290.700.000,00 (sendo R\$ 252.000.000,00 – Favela Bairro, comunidade de porte médio – e R\$ 38.700.000,00 – Favela Bairro, comunidades de grande porte)

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Prefeitura	R\$ 61.400.000,00
BID	R\$ 60.700.000,00
CEF	R\$ 41.400.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

1^a e 2^a fases: obras em andamento em 49 comunidades

2^a e 3^a fases: projetos em andamento em 19 comunidades

3^a fase: obras em licitação em 5 comunidades

4^a fase: projetos em licitação em 2 comunidades

4^a fase: além das 77 citadas acima, projeto a licitar em 15 comunidades

Nome do Responsável

Sérgio Ferraz Magalhães – Secretário Municipal de Habitação

Maria Lúcia Petersen – Gerente do Programa Favela Bairro

Instituição em que Trabalha

Secretaria Municipal de Habitação

Setor

Gerência do Favela Bairro

Cargo

Gerente

Função

Gerente de Obras, Projetos e Área Social

Endereço

Av. Afonso Cavalcante, nº 455 – 4º andar – Prédio Anexo

Sala da Gerência do Favela Bairro – B. Cidade Nova

20211-110 – Rio de Janeiro/RJ

Tel: (021) 503-3319 – Fax: (021) 293-8778

PROGRAMA HOMEM DO CAMPO – SANTANA DO SERIDÓ/RN

Objetivos

O Programa tem como base o trinômio Educação, Saúde e Agricultura Familiar, sendo que no município de Santana do Seridó (RN) destacamos os objetivos: melhorar os serviços nas áreas de saúde, educação, assistência social e cultura; capacitar os professores de ensino básico; e criar infra-estrutura capaz de agregar valores às atividades produtivas nas comunidades assistidas.

Atividades Principais

Construção de um jardim de infância; ampliação de creche; informatização do setor municipal de educação; implantação de uma videoteca; capacitação de professores que atuam no 1º grau e educação infantil do município; construção de passagem molhada; implantação de subestação elétrica no hospital-maternidade; implantação de cerâmica comunitária; informatização do escritório local da EMATER; aquisição de equipamento didático-pedagógico para o setor municipal de educação; e implantação do sistema eletro-rural.

Local Onde se Realiza

Município de Santana do Seridó/RN

População-Alvo

Agricultores familiares – proprietários, assentados, posseiros, arrendatários e parceiros

Órgão Responsável

Fundação Banco do Brasil

Parcerias Efetivadas

Ministério da Agricultura e do Abastecimento, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Rural; Ministério das Minas e Energia, por intermédio do Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético; e Secretaria-Executiva da Comunidade Solidária

Instituições/Entidades Locais que Participam

Prefeitura Municipal de Santana do Seridó e EMATER local

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto iniciou-se em dezembro de 1997 e, atualmente, encontra-se em execução.

Número de Pessoas que Trabalham

Funcionários da Prefeitura; integrantes de associações comunitárias diretamente beneficiadas com o Programa; funcionários da

Agência do Banco do Brasil em Parelhas (RN); e funcionários da Fundação Banco do Brasil.

Orçamento Total

R\$ 454.014,48

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Fundação Banco do Brasil	R\$ 361.333,26
Prefeitura Municipal de Santana do Seridó	R\$ 92.681,22

Síntese dos Resultados Alcançados

Tendo em vista que vários projetos ainda estão em fase de implantação, não há como mensurar, no momento, os resultados sociais e econômicos resultantes dos empreendimentos.

Nome do Responsável

Francisco Newton Cisne Vasconcelos

Instituição em que Trabalha

Fundação Banco do Brasil

Setor

Gerência de Operações - GEOPE

Cargo

Gerente

Endereço

SCN – Q. 01 – Bloco A – Ed. Number One – 10º andar

70710-500 – Brasília/DF

Tel: (061) 310-1900 – Fax: (061) 310-1959

E-mail: www.fbb.org.br

PROGRAMA INTEGRAÇÃO AABB - COMUNIDADE — ARACAJU/SE

Objetivos

- Promover a integração entre os vários segmentos da comunidade e desta com o Banco do Brasil;
- Auxiliar a comunidade no processo de desenvolvimento educacional, complementando sua ação nas áreas sócio-cultural, desportiva e de saúde;
- Promover ações voltadas ao resgate da cidadania; e
- Propiciar atividades orientadas, em espaço adequado, por meio da ocupação de instalações e equipamentos da AABB nos horários disponíveis ou de pouca ocupação pelos associados.

Atividades Principais

Atividades esportivas: *handball*, basquetebol, voleibol, futebol de campo, futebol de salão, tênis de mesa, queimada e recreação em geral; atividades culturais: artes, colagem, capoeira e dança; e reforço escolar.

Local Onde se Realiza

Associação Atlética Banco do Brasil – AABB/Aracaju (SE)

População-Alvo

O Programa consiste na utilização das estruturas disponíveis da AABB-Aracaju (SE) por 700 crianças e adolescentes – na faixa etária de 7 a 16 anos, de ambos os sexos – matriculados na rede oficial de ensino e pertencentes a famílias de baixa renda.

Preferencialmente, o Programa destina até 25% do total das vagas previstas a crianças que ainda não ingressaram na escola e/ou estudantes evadidos, porém dispostos ao ingresso e/ou retorno imediato às atividades escolares.

Órgão Responsável

Fundação Banco do Brasil - FBB

Instituições/Entidades Locais que Participam

Associação Atlética Banco do Brasil – AABB/Aracaju (SE) e Prefeitura Municipal de Aracaju

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto teve início em junho de 1996 e foi encerrado em fevereiro de 1997. Aguarda-se o pedido formal, visando à implementação do empreendimento para 1998.

Número de Pessoas que Trabalham

22 pessoas

Orçamento Total

R\$ 109.117,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
FBB	R\$ 65.749,00
Prefeitura Municipal de Aracaju	R\$ 43.368,00

Síntese dos Resultados Alcançados

Na área institucional, o Projeto proporcionou o estreitamento nas relações das entidades envolvidas – Prefeitura Municipal de Aracaju, Banco do Brasil e AABB local.

A respeito dos resultados alcançados pelos participantes, destaca-se um relevante incremento no desempenho escolar das crianças carentes e uma substancial redução da evasão escolar.

Nome do Responsável

Francisco Newton Cisne Vasconcelos

Instituição em que Trabalha

Fundação Banco do Brasil

Setor

Gerência de Operações –GEOPE

Cargo

Gerente

Endereço

SCN Q. 01 – Bloco A – Ed. Number One – 10º andar

70710-500 – Brasília/DF

Tel: (061) 310-1900 – Fax: (061) 310-1959

PROGRAMA LINHÃO DO EMPREGO

Objetivos

Induzir o desenvolvimento de economias comunitárias por meio da criação de emprego, geração de renda, capacitação profissional e melhoria das condições de infra-estrutura.

Atividades Principais

Metas Estimadas:

- Obras múltiplas: 37 km de vias, 04 pontes, 02 trincheiras – benefícios esperados: expansão do transporte coletivo; melhoria das condições urbanas; geração de 7.180 empregos pelas obras;
- Edificações para atividades produtivas: 10 barracões comunitários, 10 centros comerciais, 10 centros de orientação empresarial, 06 liceus de ofício, 08 vilas de ofício, 01 empório metropolitano, 01 centro de *design*, 01 parque de *software* – benefícios esperados: condições de competitividade; qualificação de produtos; estimativa de 30.000 empregos diretos e indiretos após a consolidação do Programa (ano 2005);

- Equipamentos urbanos comunitários: 02 centros de bairros – benefícios esperados: melhoria das condições de saúde, educação e das condições gerais de urbanização.
- Capacitação profissional e gerencial – benefícios esperados: 20.000 pessoas em cursos de capacitação profissional; 18.000 pessoas em cursos de educação empresarial; e
- Financiamento ao produtor: entre R\$ 200,00 e R\$ 5.000,00 – benefício esperado: estimativa de 2.000 pessoas contempladas.

Local Onde se Realiza

O Programa prevê a construção de 28 km de avenida, localizada ao longo da linha de transmissão de energia elétrica, atingindo 15 bairros da cidade.

População-Alvo

O Programa atinge uma população estimada em 462 mil habitantes, com cerca de 27,5 mil desempregados. A renda média dos ocupados é de 3,03 salários mínimos e as famílias possuem um tamanho médio de 4,2 pessoas.

Quanto aos desocupados, pode-se dizer que o maior percentual situa-se na faixa etária de 18 a 24 anos – 16,7%; é mais elevada para o sexo feminino (15,3%) contra 12,5% do sexo masculino.

Quanto ao grau de escolaridade, tem-se a seguinte distribuição: 1^a a 4^a série – 28,5%; de 5^a a 8^a série – 30,1%, sendo que a população analfabeta corresponde a 3,8%.

Órgão Responsável

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

Parcerias Efetivadas

- Governo do Estado do Paraná;
- TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná;

- CITIPAR – Centro Paranaense de Integração Tecnológica;
- COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica;
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- Banco da Mulher;
- FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná;
- ACP – Associação Comercial do Paraná;
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Software;
- IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade;
- UFPR – Universidade Federal do Paraná;
- CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica/PR;
- PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná;
- SESC – Serviço Social do Comércio;
- SESI – Serviço Social da Indústria;
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; e
- Conselho Municipal de Emprego e Relações de Trabalho.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba se fazem representar no detalhamento das ações, em virtude do Sistema Matricial de Planejamento, coordenado pelo IMAPP – Instituto Municipal de Administração Pública, sendo que os seguintes órgãos são responsáveis, em um primeiro momento, pela implantação das diversas fases do Programa: IPPUC, Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CIC, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, Fundação de Ação Social – FAS, Urbanização de

Curitiba – URBS, Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O início do processo de planejamento foi em 02 de janeiro de 1997. Atualmente está concluída a caracterização socioeconômica da área de abrangência do Programa e sendo executado o detalhamento das atividades econômicas.

Foi concluída parte das obras de sistema viário, da construção de equipamentos sociais (escola e creche) e implantado um Liceu de Construção. Encontram-se em execução: desapropriação e relocações de áreas de sub-habitação e construção de um barracão comunitário.

Em fase de licitação estão 2 barracões comunitários, 1 Vila de Ofícios, e obras de pavimentação e trincheira. Paralelamente estão sendo efetuadas parcerias para as ações de educação empresarial e capacitação profissionais.

Número de Pessoas que Trabalham

Diretamente no planejamento e implantação atuam 17 técnicos da Prefeitura Municipal de Curitiba. O número de participantes varia de acordo com as fase do Projeto.

Orçamento Total

R\$ 100.000.000,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
PMC/BID/BNDES	R\$ 20.733.101,00
PMC/BNDES	R\$ 4.704.008,00
PMC	R\$ 7.048.467,00
Iniciativa privada	R\$ 500.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

Conforme previsto, encontra-se em fase de conclusão a implantação dos equipamento necessários para a implementação do

1º Pólo de Programa Linhão do Emprego, assim como as principais parcerias públicas e privadas.

Nome do Responsável

Cássio Taniguchi

Instituição em que Trabalha

Prefeitura Municipal de Curitiba

Cargo

Prefeito do Município

Endereço

Av. Cândido de Abreu, nº 817 – Centro Cívico

80530-908 – Curitiba/PR

Tel: (041) 350-8484 – Fax: (081) 252-3266

PROGRAMA POBREZA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA - POEMA

Objetivos

- Incentivar a mobilização e a auto-organização das comunidade pobres do interior amazônico mediante estratégias inovadoras de atendimento às necessidades básicas;
- Contribuir para a identificação e a valorização das vocações produtivas, econômicas, ecológicas e culturais, gerando e transferindo às comunidades tecnologias e metodologias que respondam às suas próprias demandas;
- Fornecer subsídios básicos para a definição de prioridades de políticas públicas, com ênfase nas instâncias de atuação municipal;

- Desenvolver ações de cooperação e intercâmbio junto a programas e projetos que tenham como principal objetivo a superação da pobreza e a proteção do meio ambiente; e
- Elaborar e implementar estratégias que partam das especificidades do meio natural e sócio-cultural e que permitam a integração equilibrada da Amazônia ao contexto nacional e internacional.

Atividades Principais

Saneamento; saúde/nutrição; organização social; agrossilvicultura; beneficiamento de produtos naturais; processamento de alimentos; insumos farmacêuticos; desenvolvimento comunitário e municipal; cooperação e documentação; e energia alternativa.

Local Onde se Realiza

Em 1997, desenvolveu atividades em 46 municípios do Pará e 2 municípios do Amapá.

População-Alvo

- Pequenos produtores rurais e pescadores da Amazônia interessados na melhoria de suas necessidades básicas, geração de renda, sem agressões ao meio ambiente;
- Atende sistematicamente 1.500 famílias e treinou, em 1997, 2.345 pessoas em Gestão de Empresas Associativas; manejo de açai; processamento de derivados do leite; processamento de farinha de banana, frutas regionais e de palmito; beneficiamento de fibras naturais e óleos; recuperação e exploração de seringais nativos; sistemas agroflorestais; tecelagem de fibras; e conservação a frio e filetagem de pescado e piscicultura intensiva. Além disso, capacitou 239 agentes de saúde em organização social, saneamento básico e nutrição.

Órgão Responsável

Universidade Federal do Pará/Núcleo de Meio Ambiente

Parcerias Efetivadas

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP; Secretaria de Agricultura do Pará; EMATER/Pará; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente/Pará; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Estratégico/Pará; Comissão da União Européia; SUDAM; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria do Trabalho e Promoção Social; Banco da Amazônia S.A.; Daimler Bez A.G.; Fundação Banco do Brasil; Comunidade Solidária; prefeituras dos municípios onde atua, associações de pequenos produtores e pescadores das comunidade locais, entre outras.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará – IDESP; Secretaria de Agricultura do Pará; EMATER/Pará; Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente/Pará; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Estratégico/Pará; prefeituras dos municípios onde atua, associações de pequenos produtores e pescadores das comunidade locais.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O POEMA iniciou suas atividades em 1992. A atividade de saneamento está sendo adotada pelo governo do estado que iniciou um programa que pretende implantar microssistemas de abastecimento e tratamento de água (adotados pelo POEMA) para mais de 1.000 comunidades paraenses.

Outras atividades como saúde preventiva/nutrição, agrossilvicultura, beneficiamento de produtos naturais, processamento de alimentos e organização social estão tendo os resultados da pesquisa concluída replicadas para outras comunidades. Entretanto, muitas pesquisas ainda estão sendo desenvolvidas, especialmente no que se refere a insumos farmacêuticos, que representa uma área nova.

Número de Pessoas que Trabalham

Atualmente são 53 pessoas (33 técnicos, 5 auxiliares, 8 estagiários, 5 administrativos e 2 trabalhadores de campo). Essas pessoas desenvolveram 20 projetos durante o ano de 1997, alguns em continuidade em 1998.

Orçamento Total

Os recursos captados em 1997 pelo POEMA e POMAR (Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, ONG criada para apoiar as ações do POEMA) totalizaram aproximadamente R\$ 1.300.000,00, dos quais 65% foram aplicados diretamente nas comunidades; 25% foram direcionados para capacitação e treinamento nas comunidades rurais; e 10% para manutenção do Programa.

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Em janeiro e fevereiro de 1998 os recursos alocados foram R\$ 92.000,00.

Síntese dos Resultados Alcançados

O POEMA atendeu durante 1997 mais de 100 comunidades em 46 municípios do Estado do Pará e 2 municípios do Amapá, sendo 1.500 famílias com atendimento sistemático e 2.584 pessoas em treinamento e capacitação. Como resultados das pesquisas desenvolvidas, implantou sistemas de abastecimento e tratamento de água em grande parte das comunidades trabalhadas, viabilizou a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas, cuja produção permitiu a instalação de 14 unidades de beneficiamento de produtos naturais e processamento de alimentos. Vem trabalhando para melhoria das condições nutricionais das comunidades envolvidas com o Programa na organização social e formas de comercialização da produção.

Além disso, o POEMA tem contribuído para estabelecer as bases de uma estratégia de intercâmbio e difusão de conhecimento como, por exemplo, a realização, em junho de 1994, em Belém, do Encontro Internacional "Pobreza e Meio Ambiente – Alternativas Contra a Destruição da América Latina", com ênfase para os países amazônicos e alguns países asiáticos e africanos na faixa do Trópico Úmido. Outro exemplo foi a realização em novembro de 1996 do "Fórum Belém – Vias de Desenvolvimento Sustentável: Dimensões do Desafio", onde estiveram representadas 87 instituições nacionais e 32 internacionais da Ásia, África, Europa, América do Norte e América Latina.

Para difusão de experiências vem publicando a série POEMA, boletins e *folders*, além de realizar intercâmbio técnico.

No sentido de agilizar sua atuação, criou em 1995 o POEMA, Núcleo de Ação Para o Desenvolvimento Sustentável, sociedade civil, sem fins lucrativos, que vem apoiando e viabilizando com dinamismo as ações do POEMA no que se refere à captação de recursos.

Nome do Responsável

Thomas Adalbert Mistchein

Instituição em que Trabalha

Universidade Federal do Pará - UFPA

Setor

Núcleo de Meio Ambiente/Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia – NUMA/POEMA

Cargo

Professor visitante

Função

Coordenador Geral do POEMA

Endereço

Universidade Federal do Pará – UFPA

Setor Profissional – Casa do POEMA – Guamá

66075-900 – Belém/PA

Fone: (091) 211-1686 – Fax: (091) 211-1687

E-mail: poema@marajo.secom.ufpa.br

PROGRAMA TRABALHO E CIDADANIA

PROJETO FAVELA BAIRRO

Objetivos

Promover ações que visem à capacitação e à qualificação de profissionais empreendedores para segmentos produtivos, ao estímulo, à criação e à organização de pequenas unidades produtivas associativas e ao fomento às atividades de geração de trabalho e renda, objetivando a promoção do emprego e condições de acesso ao mercado de trabalho, com vistas à melhoria da qualidade de vida das comunidades assistidas.

Atividades Principais

- Promover cursos e treinamentos buscando a capacitação e a qualificação profissional para segmentos produtivos;
- Promover, analisar e divulgar estudos e pesquisas sobre mercado de trabalho, oferecendo subsídios à elaboração de diretrizes para políticas de mercados de trabalho local e regional;
- Apoiar projetos de fortalecimento de unidades produtivas já existentes, propiciando assistência técnica e financeira aos empreendimentos;
- Viabilizar a aquisição dos equipamentos e material permanente necessários ao adequado funcionamento de pequenas unidades produtivas; e
- Apoiar ações executadas pelo Ministério do Trabalho, relativas à intermediação ao emprego, qualificação e requalificação profissional e concessão de crédito no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER.

Local Onde se Realiza

Município do Rio de Janeiro (RJ)

População-Alvo

O público-alvo é composto de 18 favelas da cidade do Rio de Janeiro – Parque Royal, Canal das Tachas, Grotão, Serrinha, Ladeira dos Funcionários/Parque São Sebastião, Caminho do Job, Morro do Escondidinho, Morro da Fé, Vila Cândido, Chácara Del Castilho, Mata Machado, Morro dos Prazeres, Morro União, Três Pontes, Fernão Cardim, Andaraí, Vidigal e Vigário Geral –, que detêm grau de instrução e qualificação profissional inferiores, selecionadas em virtude de serem os segmentos mais prejudicados devido à globalização da economia, à adoção de novas tecnologias e formas de organização da produção, poupadoras de mão-de-obra. Serão beneficiadas aproximadamente 53.000 pessoas até o final de 1997.

Órgão Responsável

Fundação Banco do Brasil e Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Parcerias Efetivadas

Fundo de Amparo ao Trabalhador e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Instituições/Entidades Locais que Participam

Associação de Moradores e Trabalhadores das Comunidades Assistidas; Cooperativa dos Profissionais das Áreas de Ensino, Treinamento e Informática; Associação dos Amigos do Centro de Artes Caloute Gulbenkian; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Serviço de Apoio às Pequenas e Microempresas no Estado do Rio de Janeiro; e Cooperativa de Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manginhos.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

No âmbito do Programa Trabalho e Cidadania, as ações estão sendo desenvolvidas desde novembro de 1997, estando os projetos apoiados em fase de implementação.

Número de Pessoas que Trabalham

Os integrantes da Secretaria Especial do Trabalho, com participação das associações de moradores e trabalhadores das comunidades assistidas, bem como da equipe da Fundação Banco do Brasil integrante do trabalho.

Orçamento Total

Os recursos financeiros estimados à execução das iniciativas, entre 1997 e 1998, previstas no âmbito do Programa, são oriundos:

- da Fundação de Amparo ao Trabalhador: R\$ 2 milhões
- da Fundação Banco do Brasil: R\$ 1 milhão
- da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: R\$ 2,2 milhões

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Fundo de Amparo ao Trabalhador	R\$ 2,07 milhões
Fundação Banco do Brasil	R\$ 570 mil
Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	R\$ 105 mil

(Até fevereiro de 1998, já foram aplicados recursos da ordem de R\$ 2,75 milhões)

Síntese dos Resultados Alcançados

Relativamente às ações de capacitação e qualificação profissional para segmentos produtivos, o público-alvo, composto de 4.097 pessoas, foi treinado em diferentes formas de trabalho autônomo, bem como na capacitação em negócios e na formação de gestores de empreendimentos associativistas.

Foi realizado o modelo de avaliação do Programa de Educação Profissional, objetivando desenvolver metodologias de acompanhamento e instrumentais para avaliação sistemática e permanente do Programa de Educação Profissional do Município do Rio de Janeiro.

Contando com a mobilização dos atores locais – associação de moradores, associação de trabalhadores, etc. –, foram injetados recursos financeiros para a aquisição de equipamentos para a instalação e funcionamento de 5 cooperativas populares nas comunidades de Arco Íris, Royal Flash, Fernão Cardim, Vigário Geral e Vidigal. Para cada cooperativa estão previstos 50 trabalhadores, perfazendo um total de 250, beneficiando indiretamente cerca de 1.250 pessoas.

Estão sendo criados 10 Centros de Informática para o Trabalho, de forma auto-sustentável, nas seguintes comunidades incluídas no Programa Favela Bairro: Parque Royal, Canal das Tachas, Parque Proletário Grotão, Ladeira dos Funcionários, Caminho do Job, Morro do Escondidinho, Três Pontes, Fernão Cardim, Andaraí e Morro da Fé, visando:

- capacitar trabalhadores, cerca de 240 aluno/ano, para ocuparem postos de trabalho que exijam conhecimentos em informática;
- fornecer atendimento às comunidades na realização de serviços de informática; e
- propiciar aluguel de equipamentos para a comunidade.

Outra iniciativa que merece destaque é a Agência do Trabalhador Autônomo, que consiste na implantação de 2 projetos-piloto de agências do trabalhador, objetivando facilitar as relações entre demanda e oferta de trabalho no mercado informal por intermédio de uma carteira própria de clientes, e oferecer aos trabalhadores atualização de conhecimentos e treinamento profissional. Aos clientes serão oferecidos serviços de nível mais elevado, por conta da bateria de teste, entrevistas e avaliações a que os trabalhadores serão submetidos, satisfazendo as exigências do consumidor moderno, isto é, qualidade do serviço prestado, rapidez nas comunicações e segurança.

Também estão previstas a realização de obras civis necessárias à adaptação do espaço intitulado Galpão do Caju, de maneira a aprofundar as iniciativas no sentido de melhorar a qualidade de vida no bairro do Caju, por meio de atividades geradoras de trabalho e renda. Pretende-se implantar neste espaço duas tele-salas, um espaço administrativo, um auditório e duas salas multiuso. Serão beneficiários diretos os habitantes das comunidades Ladeira dos Funcionários e Parque São Sebastião, ou seja, cerca de 3.700 pesso-

as, assim como, de forma geral, os membros das comunidades vizinhas, que poderão ter acesso às atividades ali realizadas.

Nome do Responsável

João Pinto Rabelo (pela Fundação Banco do Brasil)

André Urani (pela Fundação Secretaria Especial do Trabalho da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro)

Cargo

João Pinto Rabelo – Diretor-Executivo

André Urani – Secretário Especial do Trabalho

Endereço

SCN Q. 01 – Bloco A – Ed. Number One – 10º andar

70710-500 – Brasília/DF

Tel: (061) 310-1900 – Fax: (061) 310-1959

Rua Gago Coutinho, nº 52 – 4º andar – Centro

22221-070 – Rio de Janeiro

Tel: (021) 205-1336 ramal 152 – Fax: (021) 205-1336 ramal 233

PROJETO ALTERNATIVAS CONTRA A FOME

Objetivos

- Recuperar a desnutrição;
- Valorizar a cultura regional;
- Promover a reeducação alimentar; e
- Gerar emprego e renda.

Atividades Principais

- Produção de complementos alimentares pelos pequenos produtores;
- Capacitação de merendeiras e agentes comunitários de saúde da Prefeitura de Rio Branco;
- Introdução do programa nas escolas e no atendimento às famílias realizado pelos agentes comunitários de saúde; e
- Acompanhamento da recuperação das crianças.

Local Onde se Realiza

Rio Branco/AC, Apucarana e mais 10 cidades do Acre, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e da Criança

População-Alvo

Grupos vulneráveis (crianças e mulheres)

Órgão Responsável

Prefeitura Municipal de Rio Branco e Grupo de Pequenos Produtores Novo Ideal

Parcerias Efetivadas

O Projeto criou um “Conselho de Gestão” onde participam ONG locais (PESACRE, CTA, RECA), CPT, Pastoral da Criança, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Grupo de Pequenos Produtores Novo Ideal e Prefeitura de Rio Branco.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Listadas no item anterior

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O projeto teve início no começo de 1995. Com a mudança do governo local, o Projeto parou por alguns meses e, atualmente, está sendo realizado um estudo de caso para avaliar a continuidade do Programa.

Número de Pessoas que Trabalham

Cerca de 30 famílias na zona rural que produzem a matéria-prima; um gerente e 2 funcionários na Fábrica de Farinha Múltipla do Acre; e merendeiras e agentes comunitários de saúde da Prefeitura de Rio Branco.

Orçamento Total

O Projeto contou com financiamento do CCFD/França de 95 a 97 no valor de R\$ 50.000,00 anuais, incluindo a assessoria técnica do Instituto Pólis de São Paulo.

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Os recursos descritos no item anterior. Atualmente, o Grupo de Pequenos Produtores Novo Ideal aguarda resposta de financiamento do CCFD/França visando aumentar a produção e disseminar o programa pelos municípios do interior do Acre.

Síntese dos Resultados Alcançados

- Recuperação da desnutrição infantil;
- Promoção de saúde em mulheres gestantes;
- Valorização dos produtos da floresta; e
- Geração de emprego e renda para pequenos produtores rurais.

Nome do Responsável

Walmir de Souza

Instituição em que Trabalha

Grupo de Produtores Novo Ideal

Cargo

Gerente

Endereço

Fábrica de Farinha Múltipla do Acre

Rua Floriano Peixoto s/nº, Antigo Prédio da LBA

69908-030 – Rio Branco/AC

Tel: (068) 223-1384

PROJETO CESTA DA CIDADANIA – FUNDO ROTATIVO DE EMPRÉSTIMOS SOLIDÁRIOS

Objetivos

Garantir, em média, o atendimento de 50% das necessidades calórico-protéicas das famílias, via distribuição de cestas de alimentos, e gerar renda e postos de trabalho via concessão de créditos, pelo Fundo Rotativo de Empréstimos Solidários.

Atividades Principais

- Pesquisa socioeconômica na comunidade e seleção das famílias;
- Repasse dos recursos à comunidade para compra de cestas de alimentos;
- Pesquisa de preços e compra de cestas e recolhimento da contribuição financeira para o Fundo Rotativo, relativa a 60% do valor da cesta;
- Prestação de trabalho comunitário em número de horas suficientes para pagar os 40% restantes do valor da cesta;
- Concessão dos empréstimos e gerenciamento do Fundo Rotativo;
- Avaliação e acompanhamento nutricional das gestantes, nutrizes e crianças até 6 anos;
- Acompanhamento escolar;
- Acompanhamento de saúde;

- Cursos de formação e capacitação; e
- Avaliação continuada.

Local Onde se Realiza

Acampamento da Telebrasilía – Brasília/DF

População-Alvo

Cem famílias de baixa renda, selecionadas pela própria comunidade, dentro de critérios socioeconômicos previamente estabelecidos.

Órgão Responsável

ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome

Parcerias Efetivadas

NOVADATA Computadores

Instituições/Entidades Locais que Participam

ASMAT – Associação dos Moradores do Acampamento da Telebrasilía e CISED – Centro de Integração Comunitária e Educacional

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O projeto foi iniciado em novembro de 1997 e o Fundo Rotativo começa a operar em abril de 1998.

Número de Pessoas que Trabalham

02 (duas)

Orçamento Total

Cestas de alimentos (100 cestas x 20,00 x 36 meses)	= R\$ 72.000,00
Coordenação geral (2.000,00 X 36 meses)	= R\$ 72.000,00
Nutricionista (2.000,00 x 36 meses)	= R\$ 72.000,00
Material diverso	= R\$ 4.000,00
TOTAL	= R\$ 220.000,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
ÁGORA	R\$ 24.500,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- Melhora qualitativa e quantitativa do consumo de alimentos por parte das famílias;
- Compra coletiva de alimentos;
- Fomento à geração e consolidação de microempreendimentos produtivos e socialmente úteis;
- Controle nutricional;
- Melhoria da organização comunitária, via trabalho comunitário, palestras, seminários e cursos; e
- Estímulo à manutenção das crianças e jovens na escola.

Nome do Responsável

Flávio Camargo Schuch

Instituição em que Trabalha

ÁGORA – Associação para Projetos de Combate à Fome

Setor

Diretoria de Projetos de Geração de Emprego e Renda

Cargo

Diretor

Endereço

SGAN – Q. 905 – Cj. B – Pontifícia Obras Missionárias

70790-050 – Brasília/DF

Tel: (061) 347-4914/340-4757 – Fax: (061) 347-9002/2748822

PROJETO DE APOIO AO PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM ÁREAS DE POBREZA

Objetivos

Gerar ocupações produtivas e renda, potencializando todos os recursos e vocações econômicas da comunidade, a partir da capacitação de trabalhadores desempregados e/ou subempregados, para sua organização em empresas, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços com competitividade no mercado.

Atividades Principais

Capacitação de forma massiva (habilidades básicas, habilidades de ofício e habilidades de gestão) de pessoas de baixa renda, baixa qualificação profissional e formação educacional, em laboratórios organizacionais, resultando na formação de empreendimentos econômicos associativos, cooperativos, familiares e individuais, articulados e inseridos no processo de desenvolvimento local.

Local Onde se Realiza

O Projeto possui uma estrutura modular descentralizada, constituída por um Módulo Nacional, Módulos Regionais, Estaduais e Municipais. No momento encontra-se em execução nos Estados do Pará e Tocantins, com o Módulo Regional SUDAM; no Estado de Alagoas, pelo Módulo Regional SUDENE; em diversos municípios do Estado de São Paulo, por meio do Programa de Auto-Emprego – PAE, da Secretaria Estadual de Política de Emprego e Relações de Trabalho; e nos Municípios de São Paulo/SP e Vitória/ES.

População-Alvo

O público-alvo do Projeto são os chamados “excluídos sociais”, os desempregados e aqueles que sobrevivem do trabalho esporádico, de baixa renda e de baixa qualificação profissional, os trabalhadores atingidos pelos processos de desestruturação produtiva, operários de indústrias falidas, funcionários públicos, etc. O Projeto, na sua fase inicial de implantação, alcançou um total de 11.756 pessoas.

Órgão Responsável

O Projeto é resultado do Acordo de Cooperação Técnica Internacional do Governo Brasileiro com o Órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO — e tem como órgão executor a Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento – SEPRE/MPO.

Parcerias Efetivadas

O Projeto possibilita uma importante mediação entre a exclusão e a cidadania. Estão previstas parcerias com diversos órgãos do Governo Federal. Com a Secretaria Nacional de Assistência Social, de modo a utilizar a metodologia como porta de saída para os programas de assistência social, tais como o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, os Programas de Garantia de Renda Mínima e de Bolsa-Escola. Com o INCRA, para subsidiar o programa de assentamento de trabalhadores, capacitando-os para que se organizem em empreendimentos produtivos. Com a Secretaria de Políticas Urbanas/Programa de Ação Social em Saneamento foi desenvolvido o Projeto de ligações domiciliares de esgotos dentro do “Projeto São Pedro – Desenvolvimento Urbano Integrado e Preservação do Manguezal” no Município de Vitória/ES, assumida como obra de número 500 do PASS, onde os próprios moradores recebem uma formação profissional e se organizaram em cooperativas para executar a obra de ligação domiciliar da rede, o que, além de ter reduzido o custo da ligação em 31%, está facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho em outras obras de infra-estrutura urbana e construção civil.

Em integração com o BNDES, Governo do Estado de São Paulo e Prefeitura Municipal, em 27 dias o Projeto capacitou os operários da Empresa Multi-tex, em São José dos Campos/SP, para autogestão em sistema de cooperativa de uma empresa que faliu e cujos trabalhadores receberam as máquinas como pagamento das dívidas trabalhistas.

É importante ressaltar que toda a articulação institucional está sendo desenvolvida com apoio da Comunidade Solidária.

Instituições/Entidades Locais que Participam

A metodologia utilizada pelo Projeto exige a mobilização intensa de parcerias e recursos disponíveis nas comunidades. São parceiros naturais do Projeto, além das instituições governamentais: associações de moradores, igrejas, sindicatos, instituições de formação profissional (SENAI, SEBRAE, SENAC, etc.) e outras entidades civis.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto foi iniciado em 24 de junho de 1994 com algumas experiências pontuais. A partir de abril de 1997, foi feita uma avaliação que determinou o reordenamento e redimensionamento de suas ações, objetivando sua expansão como um Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em áreas de pobreza.

Um novo Acordo de Cooperação Técnica com a FAO permitirá sua continuidade a partir de abril de 1998 até setembro do ano 2000.

Número de Pessoas que Trabalham

Módulo Nacional: 12 pessoas (7 na equipe técnica e de coordenação e 5 no apoio administrativo). Cada módulo (regional, estadual ou municipal) possui autonomia operacional, administrativa e financeira, variando o número de pessoas em função das atividades em execução e dos recursos financeiros disponíveis.

O pessoal capacitado para dirigir os eventos de capacitação massiva passam a integrar um quadro de referência nacional e são contratados apenas quando necessário.

Orçamento Total

R\$ 3.563.741,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
SEPRE/MPO	R\$ 3.070.723,00

Síntese dos Resultados Alcançados

Até setembro de 1997 foram realizados 40 eventos de capacitação, alcançando um total de 11.756 pessoas. Foram criadas 158

empresas, com um total de 1.132 empregos diretos. Ainda estão sendo avaliados 3.653 perfis de projetos, quanto à viabilidade econômica e financeira. O custo de um emprego direto gerado está em torno de US\$ 1.400.

Nome do Responsável

Roberto Rocha Leão

Instituição em que Trabalha

SEPRE/MPO/FAO

Setor

Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza

Cargo

Coordenador Nacional

Endereço

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º andar, sala 950

70062-900 – Brasília/DF

Tel: (061) 414-5961 – Fax: (061) 225-3591

E-mail: RBLeao@seplan.gov.br

PROJETO DE COMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAIS NO NÚCLEO COLETIVO (CEDAP) DA COOPERBARRAS

Objetivos

No setor de produção agrícola e de pecuária:

- Complementação da cadeia de produção de hortigranjeiros com a instalação do centro de reprodução de minhocas (minhocário) e produção "humus", a partir dos dejetos dos bovinos;

- Produção de mudas para variedades frutíferas e mudas para re-florestamento e reposição florestal;
- Ampliação do setor de seleção de produtos hortigranjeiros (*Packing house*); e
- Implantação do controle zootécnico na produção pecuária, com auxílio de *software* específico para controle leiteiro.
- No setor de produção industrial:
 - Ampliação da linha de subprodutos lácteos, com ênfase na complementação dos produtos de queijaria; e
 - Operação do abatedouro de aves/suínos para oferta de carcaça e corte especiais de carnes resfriadas (consumo rápido).

No setor de administração técnica:

- Implantação e capacitação de uso de *software* de gerenciamento financeiro da cooperativa.

Atividades Principais

- Capacitação para melhoria do manejo de bovinos;
- Seleção de rebanho e especificação de compra na troca de animais;
- Detalhamento das plantas para construção do minhocário, viveiro, viveiro de mudas e descrição dos manejos;
- Capacitação para o preparo de novas fórmulas para a produção de tipos específicos de queijos como: provolone, frescal especial tipo minas, 1/2 cura;
- Acompanhamento de assistência técnica na conclusão das obras de implantação da cerca Central de Leitões no Centro (CEDAP) e das baias de engorda nas parcelas que fazem parte do programa de produção de suínos;
- Desenho das embalagens para os produtos do abatedouro, laticínio e hortigranjeiros; e

- Definição de materiais de acondicionamentos dos produtos ofertados em “pratos” (no caso de frangos), ou em peças (no caso de suínos).

Local Onde se Realiza

Produtores rurais familiares, reunidos por assentamento. São 181 famílias, resultando em 724 pessoas assentadas em parcelas individuais por família.

Parecerias Efetivas

No projeto técnico: TAPSUL Ltda.

Na assistência técnica: PNFC/SDR

Instituição/Entidades Locais que Participam

Do assentamento: INCRA

Na educação: Prefeitura Municipal e PNFC/SDR

Data de Início e Fase em que se Encontra

- Fábrica de rações
- Abatedouro de suínos (só o prédio)
- Abatedouro de frangos (em fase de montagem, aguardando SIF)
- Laticínio (com a produção de queijo tipo mussarela – 2mil/kgs/semana)
- Venda de frutas naturais e para polpa e sucos (abacaxi, banana e maracujá)
- Áreas de apoio: escola (1º grau) campo de esportes, salão de reuniões.

Número de Pessoas que Trabalham

Nas parcelas: todas as famílias participantes (96 assentados)
Contratados: 39 (todas do assentamento)

Orçamento Total

Aplicados até agora: R\$ 731.000,00

Novas aplicações (previsão): R\$ 1.500.000,00 (estão incluídos a compra de matrizes de suínos, conclusão das obras do abatedouro e as ampliações da cadeia produtiva, minhocultura e produção de mudas).

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição — PROCERA

R\$81.000,00 (1ª parcela)

R\$450.000,00 (parcela final)

Síntese dos Resultados Alcançados

1997:

Faturamento bruto	R\$ 1.053.814,98
Receita Bruta	R\$ 587.353,37
Disponível à assembléia	R\$ 9.880,43

Atividades geradas: Fruticultura, avicultura caipira, leite, ovos, industrialização de lácteos (queijos), construção da central de leitões, estábulo, fábrica de ração, abatedouros, escritório e sede da cooperativa, supermercado para consumo dos cooperados.

Nome do Responsável

Antônio Benedito Angelo - TAPSUI

Eloy Ferreira Diniz - PNFC/SDR

Instituição em que Trabalham

tapsui Ltda.

Setor

Agroindústria

Cargo

Diretor Presidente

Função

Técnico responsável

Endereço

Rua Washington Luiz, 93 – Centro

13.460-000 – Nova Odessa/SP

Fone: (091) 466-1416 – Fax: (019) 466-1453

PROJETO MEIA PONTE DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL

Objetivos

- Promover o desenvolvimento comunitário em cinco setores de baixa renda e alta taxa de desemprego, todos oriundos de invasões, tomando a questão ambiental como patamar de todas as políticas e ações; e
- Criar condições para o avanço da cidadania e a recuperação da identidade dos beneficiários (quase 90% dos quais vieram de outras cidades e estados).

Atividades Principais

- Centro de Educação Profissional: ministra cursos de informática, costura e modelagem, mecânico elétrico, reparador de eletrodomésticos, pintor, pedreiro, manicure, cabeleireiro, telecurso de 1º grau e alfabetização. Cerca de 400 alunos já foram diplomados, 250 estão freqüentando cursos. Algumas centenas aguardam vagas e novos cursos estão sendo projetados.
- Núcleo Industrial de Reciclagem: será operado e administrado por uma cooperativa de moradores. A usina tem três unidades de transformação: fabricação de telhas de papel e papelão reciclado, revestidas de betume, unidade de beneficiamento de plástico e unidade de compostagem, para produção de humus

enriquecido por minhocas. Em uma primeira etapa, processará 25 toneladas por dia – das quais 20 levadas pela Prefeitura de Goiânia e 5, produto da coleta seletiva nos cinco bairros, a cargo da cooperativa (um programa de educação ambiental prepara as populações). Novos turnos de trabalho serão incorporados gradativamente.

- Escola de Circo para crianças em situação de risco: trabalha há quase dois anos com 50 crianças e adolescentes. Vai receber nas próximas semanas a lona e equipamentos para transformar-se em circo e caminhar em direção à profissionalização. Será ampliada para atender 80 crianças e adolescentes.
- Horto comunitário de plantas medicinais: será ampliado e acoplado a programa de saúde, a cargo de agentes comunitários.
- Padaria escola e vaca mecânica: começarão a ser implantadas nas próximas semanas.
- Gabinete odontológico doado pelo Conselho Nacional do SESI: atende aos alunos da Escola de Circo.
- Conjunto habitacional para 160 famílias que ocupam área de alto risco. O projeto está em fase final de negociação com a Secretaria de Assistência Social e terá a parceria da Prefeitura de Goiânia.
- Há outros itens do projeto em fase de negociação (conjunto esportivo, centro de expressão cultural, rádio comunitária, juizado de pequenas causas, núcleo do Ministério Público, entre outros).

Local Onde se Realiza

Jardim Dom Fernando, Jardim Dom Fernando II, Jardim Aroeiras, Jardim Aroeiras II e Jardim Conquista, um conglomerado na região leste de Goiânia.

População-Alvo

Cerca de 15.000 pessoas, em mais de duas mil residências, todas já cadastradas em um levantamento socioeconômico. No

mais carente dos cinco setores (Jardim Conquista), a renda média por pessoa é de R\$ 36,00 mensais. 63% das pessoas que chefiam famílias estão desempregadas ou não têm emprego fixo. Em 61% das famílias a renda mensal chega no máximo a um salário mínimo. As famílias vêm do interior de Goiás, Tocantins, Oeste da Bahia, Oeste de Minas Gerais e de mais alguns estados nordestinos. Razões principais de migração: tratamento de saúde e busca de renda.

Órgão Responsável

Instituto Dom Fernando/Sociedade Goiana de Cultura

Parcerias Efetivadas

Secretaria, de Assistência Social/MPAS; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; Prefeitura Municipal de Goiânia (Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente, Governo e Educação); Secretaria Especial de Solidariedade Humana e Secretaria de Educação do Governo de Goiás; SESI; SENAI; SEBRAE; Universidade Católica de Goiás; e Universidade Federal de Goiás.

Instituições/Entidades Locais que Participam

Associações de moradores dos cinco bairros, paróquias locais, conventos

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O projeto foi concebido em julho de 1995 e entrou imediatamente em execução progressiva.

Número de Pessoas que Trabalham

Nos quadros permanente e temporário do Instituto, cerca de 20 pessoas. No Centro de Educação Profissional, cerca de 15 pessoas. No horto, 6 pessoas. Na Escola de Circo, 6 pessoas. No Núcleo Industrial da Reciclagem estão em treinamento e serão cooperadas, num primeiro momento, cerca de 50 pessoas.

Orçamento Total

Entre recursos próprios do Instituto Dom Fernando/Sociedade Goiana de Cultura e recursos provenientes de convênios, cerca de

R\$ 1,5 milhão. Há valores não monetários, como terrenos, bens e serviços próprios e de parceiros.

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Secretaria de Assistência Social/MPAS	R\$ 853.000,00 (aplicado)
Ministério do Meio Ambiente	R\$ 100.000,00 (aplicado)
Sociedade Goiana de Cultura	R\$ 500.000,00 (aplicado)
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 387.000,00 (repassados pela SAS)

Síntese dos Resultados Alcançados

O Centro de Educação Profissional Dom Fernando está promovendo profunda transformação na vida dos alunos, com sua requalificação para mercado de trabalho.

A Escola de Circo conseguiu que a quase totalidade dos alunos abandonasse as drogas e parte retomasse à escola formal. Mais importante que tudo, deflagrou um processo de reconquista da auto-estima, pelo reconhecimento social em suas apresentações em eventos, festas, escolas, promoções comerciais, etc. Despertou o desejo de profissionalização.

O Horto Comunitário foi o embrião do projeto de saúde comunitária que será deflagrado nas próximas semanas, em parceria com a Secretaria de Saúde do município.

O Núcleo Industrial da Reciclagem transforma desempregados e carentes em empresários. Contribui para a solução de problemas ambientais (lixo, recuperação de encostas). Permitirá que se inicie um diagnóstico do lixo em Goiânia. Tende a transformar-se em pólo de outras atividades a partir de materiais reciclados (oficinas domésticas e comunitárias a partir de plástico, papel e papelão reciclado).

Nome do Responsável

Washington Novaes

Instituição em que Trabalha

Instituto Dom Fernando/Sociedade Goiana de Cultura

Cargo

Diretor Geral

Endereço

Primeira Avenida, nº 656 – Setor Universitário

74605-020 – Goiânia/GO

Telefax: (062) 212-7811

PROJETO SÃO PEDRO – DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO E PRESERVAÇÃO DO MANGUEZAL

Objetivos

- Melhorar as condições de vida de 15.000 famílias;
- Preservar os manguezais da Baía Noroeste de Vitória;
- Desenvolver políticas públicas setoriais articuladas;
- Erradicar a pobreza e a marginalidade; e
- Proporcionar canais de participação popular.

Atividades Principais

- Urbanização, com implantação de infra-estrutura básica;
- Melhorias habitacionais;
- Delimitação do manguezal preservado;
- Emprego e renda;
- Implantação de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer; e
- Educação ambiental e sanitária.

Local Onde se Realiza

Região da Grande São Pedro, constituída por 13 bairros, localizada ao longo da Baía Noroeste no município de Vitória/ES.

População-Alvo

População de 47.000 habitantes, formada por ocupação nos manguezais ocorrida no final dos anos 70 até o início dos anos 90. Essa população, constituída de migrantes oriundos do sul da Bahia, noroeste de Minas Gerais e interior do Estado, veio para a região em busca de empregos com a implantação dos grandes projetos econômicos implantados na região da Grande Vitória.

Órgão Responsável

Prefeitura Municipal de Vitória e Secretaria Municipal de Ação Social

Parcerias Efetivadas

IBAMA, SEAMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente), Política Florestal, Departamento de Patrimônio da União, Ministério Público, CEF, extintos Ministério do Bem-Estar Social e Integração Regional, Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério do Meio Ambiente, FAO, Capitania dos Portos, COMDEMA (Conselho Municipal de Meio Ambiente), CESAN (Empresa Espiritossantense de Saneamento), CONEDUR (Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano), Associações de Moradores, Movimentos Comunitários, ONG que atuam na região, e moradores.

Instituições/Entidades Locais que Participam

CESAN, Paróquia de Santo Antônio, Associação de Moradores, Movimentos Comunitários

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

1989 – Início do Projeto com as características atuais; porém, desde o início da década de 80, a Prefeitura Municipal de Vitória vem desenvolvendo ações na região. Atualmente, as obras se encontram concluídas e em fase de inauguração e o Projeto encontra-se na fase pós-urbanização.

Número de Pessoas que Trabalham

Número médio de pessoas ao longo dos anos: 40 pessoas. Observe-se que não se inclui aqui o número de funcionários que trabalharam nas obras.

Orçamento Total

R\$ 54.303.848,26 (até o final de 1997)

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
CEF/PRODURB	R\$ 21.488.583,22
MBES	R\$ 7.199.183,33
MIR	R\$ 1.289.990,40
CEF/FISANE	R\$ 3.556.525,44
Pró-Moradia	R\$ 829.601,31
Habitar-Brasil	R\$ 925.494,92
PASS	R\$ 537.025,64
PMV (recursos próprios)	R\$ 12.531.657,29

Síntese dos Resultados Alcançados

- Delimitação dos manguezais da Baía Noroeste de Vitória;
- Preservação do manguezais, incluindo a Estação Ecológica Ilha do Lameirão (aproximadamente 1.100 ha);
- Urbanização dos bairros adjacentes ao manguezal preservado;
- Assentamento em terra firme de todos os moradores da região;
- Paralisação do lançamento de resíduos no manguezal;
- Melhoria das condições de vida de 47.000 pessoas;
- Formação das cooperativas locais; e

- Continuidade do processo em administrações distintas.

Nome do Responsável

Wânia Malheiros Barbosa Alves

Instituição em que Trabalha

Prefeitura Municipal de Vitória – Secretaria Municipal de Ação Social

Setor

Secretaria Municipal de Ação Social

Cargo

Secretária Municipal de Ação Social

Endereço

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1927 – Bento Ferreira

29052-120 – Vitória/ES

Tel: (027) 335-8777 – Fax: (027) 335-8973

PROJETO TRAVESSIA – O FUTURO SE FAZ AGORA

Objetivos

Elevar a renda e a qualidade de vida das comunidades urbano-rurais da região.

Atividades Principais

- Movimento permanente de cidadania que visa disseminar e desenvolver conceitos e ações de desenvolvimento integrado e sustentável;
- Formação e capacitação de empreendedores locais de agronegócios, com base no binômio Gestão e Tecnologia;

- Diversificação e verticalização da produção agrossilvopastoril regional e sua organização por cadeia produtiva (fruticultura, avicultura, floricultura); e
- Aplicação do modelo FIDES de mobilização e organização local para estimular a emergência de novas lideranças na implementação de um projeto de futuro, de interesse comum.

Local Onde se Realiza

Cidade-Pólo: Barra do Corda/MA

O Projeto tem seu foco na região central do Maranhão, com 80.000 km e cerca de 300 mil habitantes, constituída dos municípios de Barra do Corda, Grajaú, Itaipava, Fernando Falcão, Formosa, Sítio Novo, Jenipapo dos Vieiras, Tumtum, Presidente Dutra, Gov. Archer, Esperantinópolis, Dom Pedro, São Domingos e Codó.

População Alvo

O Projeto tem seu eixo centrado na agricultura familiar (em transição e consolidada) e Pequenos Empreendimento Familiares (PEF) que constituem a vocação da região. Com mais de 7.000 títulos de assentamentos distribuídos pelo INCRA, a região representa o maior projeto de colonização da América Latina e é isenta de tensões sociais, causadas pela questão fundiária.

O público-alvo do Projeto é constituído por produtores com capacidade empreendedora, associações de produtores, dirigentes públicos e privados, formadores de opinião e todo indivíduo que ao exercer seus direitos de cidadania tem compromisso com o seu futuro, o de sua família, o de seu município e o da sua região.

Na primeira etapa envolve cerca de 60 associações e produtores da região com 2.000 cooperados, mais de 1000 hectares já mecanizados com culturas de acerola, abacaxi, caju, mandioca e urucum.

Órgão Responsável

Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda – COPABA

Parcerias Efetivadas

Banco do Nordeste/Agência Barra do Corda, Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária – EMAPA, EMBRAPA, LID Consult – Gestão Estratégica de Negócios, e PLANAGRI – Empresa de Planejamento e Assistência Técnica.

Instituições/Entidades Locais que Participam

6 ONG de atuação local, 60 associações de produtores da região, 4 prefeituras e câmaras municipais da região e Associação Comercial e Industrial de Barra do Corda.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

No dia 03 de maio de 1997, com o I Encontro Sobre o Plano Integrado de Desenvolvimento Regional, realizado pela COPABA no CAIC de Barra do Corda com o apoio da Prefeitura Municipal e a participação da governadora do Estado.

Número de Pessoas que Trabalham

Sete

Orçamento Total

Não tem

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
COPABA	R\$ 25.000,00
PLANAGRI	R\$ 12.000,00
EMAPA	R\$ 10.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

Entre junho e julho de 1997, a LID Consult elaborou a formulação do Projeto Travessia, as ações estratégicas e os mecanismos de implementação com apoio da PLANAGRI, COPABA e EMAPA.

Em 29 e 30 de agosto de 1997, com apoio nas ferramentas da metodologia de mobilização FIDES foi realizado em São Luís/MA o I *Workshop* de Prospectiva do Projeto Travessia com o tema: “Agricultura Familiar: Gestão e Tecnologia”. O evento foi montado com base em três painéis: 1) Agricultura Familiar – apresentado pelo Coordenador Nacional do PRONAF (Dr. Monteiro); 2) Cenários Alternativos Futuros do Agronegócio (Dr. Luis Antônio Pinazza); e 3) Modelo FIDES de Mobilização (Carlo Arena e Patrícia Goulart). O evento contou com a participação de 44 líderes e formadores de opinião da região central do Maranhão que passaram a atuar como Facilitadores Regionais de Mobilização (FARM).

Entre setembro de 1997 e fevereiro de 1998 foram realizados semanalmente eventos locais (37) nos municípios de Barra do Corda e Grajaú e eventos regionais de mobilização (2) para divulgar as propostas do Projeto.

Em novembro de 1997, como um dos resultados do Projeto, o presidente da COPABA, em viagem à Alemanha, assinou um contrato a futuro para entrega nos próximos anos de parcela expressiva da produção agroindustrial de polpa de frutas e frutas dessecadas (30) — produtos para comercialização nos países-membros da União Européias.

Em fevereiro de 1998, a EMBRAPA, por intermédio do Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia, mostrou interesse em parceria inédita proposta pela COPABA no sentido de implementar as principais demandas tecnológicas constantes do Projeto. Trata-se de um trabalho pioneiro de pesquisa aplicada ao sistema produtivo de uma cooperativa.

Em maio deste ano, uma missão da COPABA visita a Holanda, Bélgica, Alemanha e Itália a convite de empresários e ONG interessadas no fomento e financiamento do Projeto, considerado um modelo avançado de desenvolvimento sustentável a partir da base local.

Nome do Responsável

Carlo Arena

Instituição em que Trabalha

COPABA – Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda

Cargo

Coordenador Geral do Projeto Terra

Endereço

COPABA – Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda

SQN 107 – Bloco C – Cj. 210

70.743-030 – Brasília/DF

Telefax: (061) 274-8990

E-mail: pgoulart@cenargen.embrapa.br

PROJETO VILA BAIRRO

Objetivos

- Consolidar as vilas existentes em Teresina em bairros com padrão mínimo de urbanização, orientados para o desenvolvimento socioeconômico;
- Consolidar uma opção política abrangente com a presença do Estado visando ao resgate social da população pobre via melhoria de qualidade de vida e da auto-estima;
- Oferecer obstáculo considerável à multiplicação do problema pelo exercício do controle dessas áreas, evitando a reprodução da situação de grave risco e a formação de verdadeiros estados paralelos fundados na larga marginalidade;
- Implantar ações globais de infra-estrutura física e social nas vilas, instituindo-lhes padrão mínimo de urbanização;
- Estabelecer parceria entre poder municipal e sociedade civil organizada, implantando modelo co-responsável de intervenção;
- Estimular a geração de renda, considerando o potencial econômico e as relações sociais estabelecidas nos aglomerados alvo das intervenções; e

- Integrar, funcionalmente, as vilas às áreas circunvizinhas com infra-estrutura já instalada.

Atividades Principais

- Intervenção sistematizada e integral em 155 vilas de Teresina;
- Envolvimento comunitário com uma programação para lideranças e entidades representativas e população em geral das vilas; e
- Atuação, por 20 frentes de ação, nos componentes de infraestrutura física e comunitária, ação educativa e geração e emprego e renda.

Local Onde se Realiza

155 vilas e favelas da periferia de Teresina

População-Alvo

População das 155 vilas e favelas existentes em Teresina, cerca de 116.000 habitantes, correspondente a 17,7% da população total da capital

Órgão Responsável

Prefeitura Municipal de Teresina – PMT

Coordenação: Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEMPLAN

Parcerias Efetivadas

MPO/SEPURB/CEF; BNDES; e entidades comunitárias representantes das áreas de intervenção

Instituições/Entidades Locais que Participam

- Órgãos Municipais: Secretarias Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEMPLAN; Habitação e Urbanismo – SEMHUR; Criança e Adolescente – SEMCAD; Educação e Cultura – SEMEC; Esporte, Lazer e Turismo – SEMEL; Serviços Urbanos – SEMSUR; Indústria e Comércio – SEMIC; Meio Ambiente – SEMAM; Agricultura

e Abastecimento – SEMAB; Trabalho e Assistência Social – SEMTAB; Fundação Municipal de Saúde – FMS; e Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano – ETURB.

- Agespisa – Águas e Esgotos do Piauí S.A.
- Cepisa – Centrais Elétricas do Piauí S.A.
- Sociedade civil organizada.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

O Projeto foi iniciado em 1997 com recursos próprios da Prefeitura. A fase atual é de implantação das ações com recursos da Prefeitura de Teresina, Pró-Moradia (CEF) e Habitar-Brasil (OGU).

Número de Pessoas que Trabalham

Dez órgãos municipais estão envolvidos no Projeto, seja na coordenação ou execução. A equipe técnica direta está composta, inicialmente, por 60 profissionais de nível médio e superior.

Orçamento Total

R\$ 68.946.026,00 (período: 1997 a 2000)

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Prefeitura Municipal de Teresina	R\$ 1.451.866,40
CEF – Pró-Moradia	R\$ 153.473,95

Síntese dos Resultados Alcançados

Dois indicadores apontam os resultados até então alcançados:

- Efetivação da nova configuração proposta para a periferia da cidade; e

- Instituição de modelo co-responsável, garantindo o envolvimento da sociedade organizada e poder público nas intervenções efetuadas.

Nome do Responsável

George Henrique de Araújo Mendes

Instituição em que Trabalha

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral – SEMPLAN

Cargo

Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral

Endereço

Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral

Praça Marechal Deodoro, nº 860 – Palácio da Cidade 4º Pavimento – Centro

64000-160 – Teresina/PI

Tel: (086) 221-6565/6566 – Fax: (086) 221-2793/2793

SISTEMA CRE\$OL DE COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA

Objetivos

O Sistema CRE\$OL é um conjunto de Cooperativas de Crédito formado pelas Cooperativas singulares (CRE\$OL locais) e a CRE\$OL-BASER, articuladas entre si e constituído e dirigido por agricultores familiares. Tem um caráter financeiro, mas visa à interação solidária entre os associados e entre as cooperativas do sistema.

As cooperativas que compõem o Sistema CRE\$OL são instituições democráticas, administradas por agricultores familiares e são articuladas com os movimentos populares. As cooperativas têm

baixo custo operacional, créditos descentralizados, público definido e compromisso com o desenvolvimento local sustentável.

O Sistema CRE\$OL é uma instituição formal destinada a acessar, canalizar e desburocratizar os créditos rurais, sejam eles locais, estaduais, federais ou até mesmo os internacionais, desde que visem viabilizar e estimular a agricultura familiar, diminuindo assim o êxodo rural.

Atividades Principais

Promover o acesso dos associados aos seguintes programas e atividades:

- PRONAF-Custeio (em parceria com o Banco do Brasil); PRONAF-Investimento (em parceria com o BRDE); Fundos Regionais (em parceria com entidades não-governamentais; e Fundos Municipais (parceria com prefeituras);
- Assistência técnica integral, com gestão participativa dos agricultores, a fim de promover projetos de desenvolvimento local;
- Cursos de capacitação de gerentes de contabilidade do sistema financeiro; gerência de crédito; análise de projetos, informática e legislação e normas do SNCR; análise de balanço e tendências do mercado financeiro; para os membros dos Conselhos Fiscais são oferecidos cursos sobre operacionalidade e funcionamento das cooperativas e métodos de fiscalização; para os membros dos Conselhos Administrativos: análise de projetos técnicos e propostas de crédito e planejamento e administração de cooperativas;
- Cursos de formação e capacitação dos membros das Comissões Municipais de Crédito nas áreas de sistemas agrários e desenvolvimento; economia rural aplicada; análise de propostas de crédito; fluxograma do crédito e funcionamento das cooperativas de crédito;
- Cursos de formação para novos associados em princípios do cooperativismo e especialização em cooperativismo para dirigentes e técnicos;

- Cursos de qualificação da equipe de análise de projetos em custos fixos, variáveis, rentabilidade, custo-benefício, taxa interna de retorno;
- Implementação de Planos Estratégicos Participativos nas cooperativas do Sistema;
- Elaboração de revista, cartilhas, vídeos, boletins e programas de rádio para informar os associados e difundir o sistema; e
- Realização de levantamento socioeconômicos das propriedades dos associados com a finalidade de subsidiar a análise de crédito e a elaboração dos projetos.

Local Onde se Realiza

O Sistema CRE\$OL está organizado em 9 Cooperativas Singulares em operação e outras 4 em implantação nas regiões sudoeste, centro e oeste do Paraná. Participam 33 municípios: Dois Vizinhos, Capanema, Pérola D'Oeste, Planalto, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê, Marmeleiro, Flor da Serra do Sul, Renascença, Salgado Filho, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Virmond, Pinhão, Coronel Vivida, Honório Serpa, Mangueirinha, Chopinzinho, São João, Francisco Beltrão, Pranchita, Cascavel, Lindoeste, Ibema, Campo Bonito, Catanduvas, Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida.

População-Alvo

Atende agricultores familiares cuja renda anual agrícola de 70% não ultrapassa R\$ 5 mil e cuja área disponível de 75,1% destes situa-se abaixo dos 20 ha. Atualmente o Sistema possui 2.674 associados.

Órgão Responsável

Cooperativa Central Base de Serviços de Responsabilidade Ltda. (CRE\$OL -BASER)

Parcerias Efetivadas

- EMATER/PR (liberação de técnico);

- COOPEIGUAÇU (serviços técnicos);
- LEOSOFT (informática);
- ASSESOAR/MA/SDR (fomento e expansão);
- ASSESOAR/KZE/MISEREOR (fundo de crédito rotativo);
- ACT - Associação de Cooperação Técnica (assistência técnica e empresas de participação comunitária);
- Prefeituras Municipais (estrutura física e fundos municipais);
- Banco do Brasil (PRONAF-Custeio); e
- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (PRONAF-Investimento).

Instituições/Entidades Locais que Participam

- Associações de Agricultores Familiares (aproximadamente 100);
- Centrais de Associações de Agricultores Familiares (CRAPA, CIAPA, CAPAVI, CAPAF);
- EMATER - PR;
- Prefeituras Municipais;
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- Movimento de Mulheres Agricultoras;
- COOPERIGUAÇU - Cooperativas de Técnicos;
- Entidades não-governamentais (ASSESOAR e RURECO);
- CRABI - Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens;
- Entidades Pastorais (CPT, Igrejas); e
- Movimento dos Sem Terra/PR.

Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

A idéia de constituir a estrutura de crédito rural surgiu como desdobramento dos fundos de créditos rotativos, criados para aten-

der aos agricultores familiares e assentados, administrados por entidades pastorais, sindicais, não-governamentais, associativas, e o movimento sem terra, a partir de 1989.

Com a finalidade de dar autonomia e profissionalizar os fundos de crédito rotativo, e dinamizar e democratizar os fundos oficiais para a agricultura familiar, em 1994 e 1995 foram realizados dois importantes seminários sobre fundos rotativos e cooperativismo de crédito. Os participantes se interessaram pela criação de cooperativas de crédito em um modelo alternativo, embora existisse a dúvida acerca da viabilidade de criar cooperativas de pequenos, quando muitos bancos e cooperativas de produção estavam em crise. Prevaleceu a idéia de que com honestidade, transparência, democracia e participação seria viável a proposta, pois seria criado um sistema somente de agricultores, familiares, em que os empréstimos, descentralizados, evitariam a concentração de recursos e, conseqüentemente, altos riscos, o que normalmente ocorria com bancos e cooperativas tradicionais.

Nesse contexto, as comissões microrregionais de crédito criadas por entidades pastorais, sindicais, não-governamentais e associativas, com a finalidade de descentralizar o fundo de crédito rotativo, constituíram o Cooperativismo de Crédito Rural com Interação Solidária. Fruto dessa iniciativa, em 24 de junho de 1995 foi criada a primeira CRE\$OL na microrregião de Dois Vizinhos. Nesse mesmo ano foram criadas mais 5 CRE\$OL e, em 1996 e 1997, mais 4 cooperativas.

Os princípios/objetivos orientadores das CRE\$OL eram: interação solidária, democratização e ampliação do crédito, descentralização, profissionalização, transparência e contribuição para o desenvolvimento alternativo - socialmente justo e não degradante do meio ambiente.

Com cinco cooperativas em funcionamento foi criada, em 1996, a Base Central de Serviços CRE\$OL-BASER, como forma de dar suporte ao Sistema, sobretudo nas áreas de *software*, contabilidade, comunicação, normatização, formação e interlocução junto aos bancos. Além das cooperativas filiadas, a CRE\$OL-BASER mantém convênios de serviços com cooperativas ligadas ao MST e servidores públicos.

Os FCR, coordenados pelas entidades sindicais e populares, administrados por RURECO e ASSESOAR e financiados por KZE/MISEREOR (Alemanha) e ACT (Bélgica), constituíram um importante suporte financeiro inicial. De igual modo, também os Sindicatos de Trabalhadores Rurais forneceu importante suporte estrutural e financeiro, sobretudo nos municípios onde se localizaram as sedes das cooperativas e entrepostos.

Nos anos de 1996/97, a BASER realizou importantes convênios com o BB para repasse do PRONAF-Custeio, e BRDE para repasse do PRONAF-Investimento. Formalizou também convênios com a EMATER-PR e MA/DS/DENACOOP, garantindo atividades de assistência técnica, formação, fomento, e divulgação. Também foram realizados intercâmbios com cooperativas de Minas Gerais e Espírito Santo.

Número de Pessoas que Trabalham

23 pessoas

Orçamento Total

R\$ 365.554,00

Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor (R\$)
Convênio ASSESOAR/KZE/MISEOR	51.220,00
Convênio ACT	60.550,00
Contribuição das Cooperativas Filiadas	74.236,00

Em negociação:

Convênio MA/SDR/DENACOOP 100.000,00

Síntese dos Resultados Alcançados

- O Sistema cresceu e avançou no acesso ao crédito, na consciência coletiva, na formação e qualificação de quadros, e na profissionalização do crédito alternativo, potencializando a economia local pela criação de agroindústria e melhorias nas propriedades;
- Ampliação do quadro social do Sistema que passou de 920 em junho de 1996 para 2.674 em dezembro de 1997;

- Realização de 1.435 contratos do PRONAF-Custeio, no valor de R\$ 2.562.979,00, beneficiando 1.712 famílias, e realização de 96 contratos do PRONAF-Investimento, no valor de R\$ 527.650,00, beneficiando 112 famílias;
- O patrimônio líquido evoluiu de R\$ 42.272,00 em junho de 1996 para R\$307.650,00 em dezembro de 1997;
- Os depósitos à vista e a prazo passaram de R\$ 429.000,00 em junho de 1996 para R\$ 1.297.000,00 em dezembro de 1997;
- O giro de recursos no Sistema possuiu de R\$ 460.000,00 em junho de 1996 para R\$ 4.276.000,00 em dezembro de 1997;
- As receitas passaram de R\$ 32.593,00 em junho de 1996 para R\$ 526.230,00 em dezembro de 1997; as sobras líquidas passaram de R\$ -328,00 em junho de 1996 para R\$ 32.473,00 em dezembro de 1997;
- O Sistema possuiu, atualmente, 23 funcionários com remuneração média mensal de R\$ 575,95;
- A formação do pessoal do Sistema possibilitou a consciência das atribuições, dos direitos e dos deveres;
- As parcerias realizadas com órgãos públicos e privados possibilitaram o fortalecimento do Sistema, avançando em direção à sua consolidação; e
- Proporcionou-se o acesso ao crédito rural a agricultores familiares excluídos do Sistema tradicional; os bons resultados obtidos e a articulação realizada possibilitaram o reconhecimento social do Sistema.

Nome do Responsável

Assis Miguel do Couto

Instituição em que Trabalha

cre\$ol - baser

Setor

Base Central de Serviços - BASER

Cargo

Presidente

Função

Coordenador de Projetos

Endereço

Av. General Osório, 500

85604-240 – Francisco Beltrão/PR

Telefax: (046) 524-2488/1984/1981

ANEXO

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA/PROJETO

1 – Nome do Programa/Projeto de Desenvolvimento Local Integrado

2 – Objetivos

3 – Atividades Principais

4 – Local Onde se Realiza

5 – Caracterização da População-Alvo (quem e quantos são)

6 – Órgão Responsável

7 – Parcerias Efetivadas

--

8 – Instituições/Entidades Locais que Participam

--

9 – Data de Início e Fase em que se Encontra Atualmente

10 – Número de Pessoas que Trabalham

11 – Orçamento Total

--

12 – Recursos Alocados até Fevereiro de 1998

Instituição	Valor R\$

13 – Síntese dos Resultados Alcançados

--